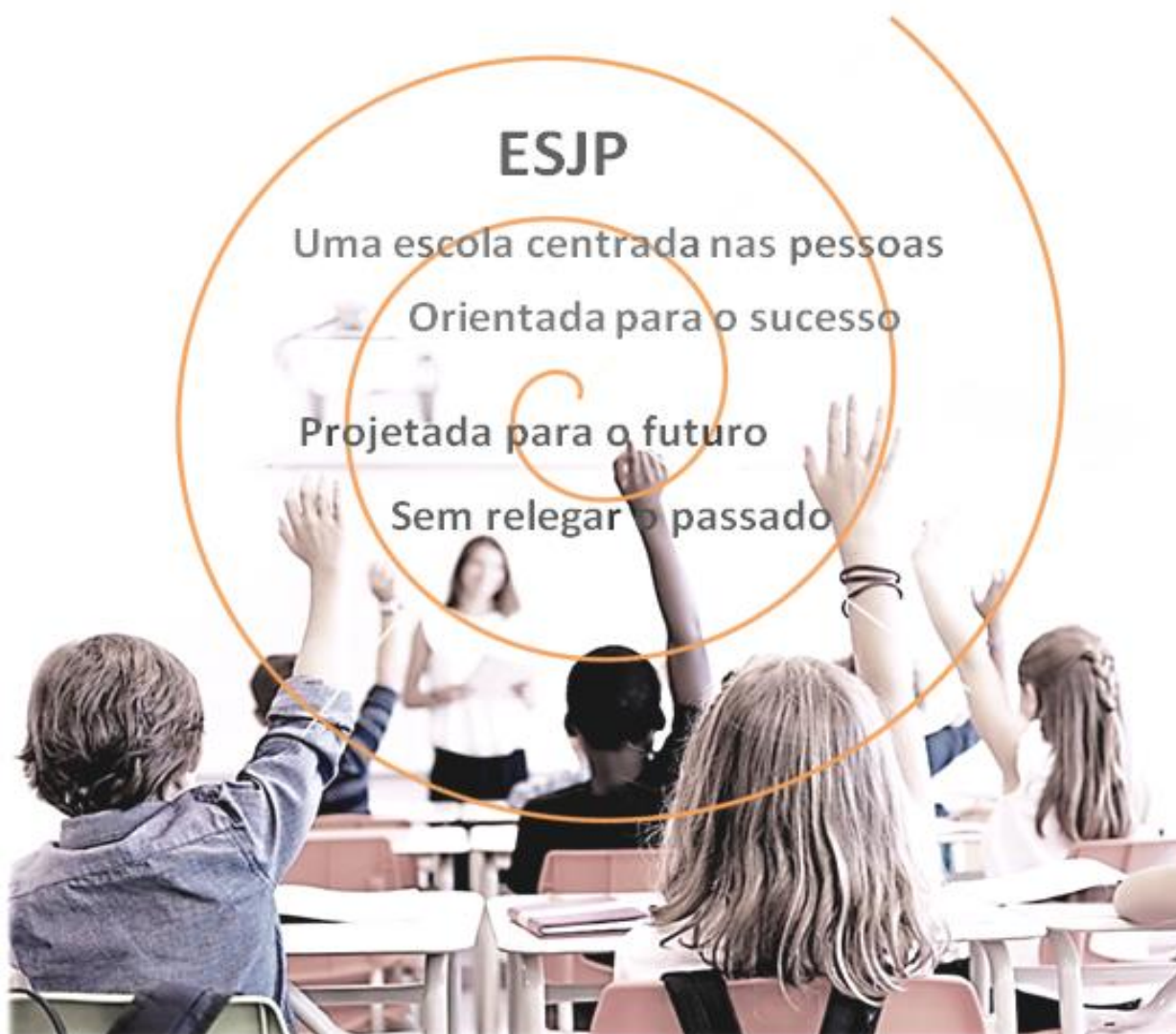


Projeto Educativo

2018|2021



Índice

Índice de Quadros	3
Índice de Gráficos	4
Introdução	5
Parte I – Contexto.....	6
1. Identidade Organizacional	6
1.1 Missão.....	6
1.2 Visão	6
1.3 Valores	7
1. Enquadramento Histórico	8
2. Enquadramento Geográfico	10
3. Tecido Social e Económico	11
Parte II – Caracterização da Escola	12
1. Espaço Físico	12
2. A Comunidade Escolar.....	15
2.1 Recursos Humanos	17
2.1.1 Pessoal Docente	17
2.1.2 Pessoal Não Docente.....	18
2.2 Alunos	19
3. Organização do Currículo	22
4. Oferta Educativa e Formativa.....	24
5. Associações	28
6. Parcerias e Protocolos.....	29
PARTE III – Análise Estratégica.....	30
PARTE IV - Áreas de Intervenção	32
Parte V – Divulgação e Avaliação do Projeto Educativo	52
1. Divulgação	52
2. Avaliação	53
2.1 Acompanhamento do Projeto Educativo.....	53
2.2 Estratégias de Avaliação e Fontes de Recolha da Informação.....	54
2.3 Vigência do Projeto e Calendarização da Avaliação	55
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA	56

Índice de Quadros

Quadro 1 – Espaços da ESJP	14
Quadro 2 - Pessoal docente, em exercício de funções, no ano escolar de 2018/2019	17
Quadro 3 – Docentes, por tempo de serviço, em exercício de funções, no ano escolar de 2018/2019	18
Quadro 4 – Habilitações do pessoal docente, em exercício de funções, no ano escolar de 2018/2019.....	18
Quadro 5 - Pessoal não docente.....	18
Quadro 6 – Número de alunos por escolaridade e género	19
Quadro 7 – Número de turmas do ensino básico no ano escolar 2018 / 2019	20
Quadro 8 – Número de turmas do ensino secundário	21
Quadro 9 – Número de alunos e de turmas dos cursos de educação e formação de adultos	21
Quadro 10 – Número de alunos que necessitam de medidas seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e inclusão ao abrigo do Decreto-Lei n.º54/2018, de 6 de julho	23
Quadro 11 – Número de alunos por oferta formativa do ensino básico	24
Quadro 12 - Disciplinas do 7.º e 8.º anos com regime semestral.....	25
Quadro 13 – Número de alunos por oferta formativa do ensino secundário	25
Quadro 14 – Número de alunos por disciplina de opção de 12.º ano	26
Quadro 15 – Número de alunos por curso do ensino profissional	26
Quadro 16 – Número de alunos inscritos, por oferta formativa, nos cursos EFA, no ano escolar 2018 /2019.....	26
Quadro 17 - Análise do ambiente interno da instituição.....	31
Quadro 18 - Análise do ambiente externo da instituição.....	31
Quadro 19 – Áreas de intervenção	32
Quadro 20 – Área de intervenção: RESULTADOS	43
Quadro 21 – Área de intervenção: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	50
Quadro 22 – Área de intervenção: RELAÇÃO COM A COMUNIDADE	51

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Número total de alunos	19
Gráfico 2 – Número de alunos do ensino básico	20
Gráfico 3 – Número de alunos do ensino secundário.....	20

Introdução

O Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 75, de 22 de abril de 2008 e alterado pelo Decreto-lei n.º 137, de 2 de julho de 2012, no n.º 1 do artigo 9.º, alínea a), define Projeto Educativo (PE) como sendo: “(...) o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa”.

Atendendo a que o anterior PE (2015/18) da Escola Secundária Jorge Peixinho – ESJP (documento aprovado em julho de 2015), foi delineado, projetado e aprovado para vigorar até 2019 (abrangendo, por conseguinte, os três anos letivos de 2016/17, 2017/18 e de 2018/19) considera-se como uma das ações prioritárias para o ano letivo de 2018/2019 a revisão/atualização do PE da ESJP.

Com a definição do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, a publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão e do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, torna-se ainda mais pertinente a atualização do PE da ESJP.

Neste contexto, o PE, que a seguir se apresenta, estabelece a identidade da ESJP, define o sentido da sua ação educativa e determina os princípios, as orientações e metas a atingir no processo de ensino e aprendizagem. É entendido como elemento fundamental da dinâmica e do desenvolvimento da vida organizativa da Escola, tendo assim um papel organizador da diversidade de vontades, fruto do diálogo e do consenso entre as diferentes opções da comunidade que o elabora e o assume.

Este documento atualiza o anterior PE, redefinindo o perfil da Escola e reforçando o envolvimento e empenho da comunidade educativa num projeto que se quer simultaneamente identitário, partilhado e plural. Na sua elaboração foram tidos em conta os seguintes documentos:

- Projeto Educativo anterior – 2015/2018;
- Relatório de autoavaliação – 2017/2018;
- Relatório da Avaliação Externa da Escola - 2012;
- Regulamento Interno, aprovado em julho de 2014;
- Planos Anuais de Atividades anteriores;
- Relatórios de Execução dos Planos Anuais de Atividades;
- Avaliação do Projeto Educativo cessante;
- Contributos dos órgãos, estruturas e intervenientes da comunidade educativa.

Parte I – Contexto

1. Identidade Organizacional

Os três sustentáculos basilares de qualquer liderança eficaz e sustentável devem focalizar-se na **Missão**, na **Visão** e nos **Valores** preconizados para a vida da organização e orientadores, portanto, da sua ação. O conjunto formado por **Missão**, **Visão** e **Valores** representa a identidade organizacional e norteia o pleno exercício da liderança compartilhada.

1.1 Missão

A **Missão** de uma organização deve expressar as finalidades que justificam a sua existência no ambiente em que está inserida e, por conseguinte, constitui a sua razão de ser. Define, também, a forma como a **Visão** pode ser alcançada num determinado período. Fornece, desta forma, orientações importantes aos elementos que integram uma organização, ajudando-os a rumar, de forma consensual, num mesmo sentido.

A ESJP é uma instituição pública comprometida com a formação integral dos jovens e adultos, a cultura, a qualidade e a inovação. Valoriza a inclusão, a cooperação, a responsabilidade, a criatividade, a cidadania, o espírito crítico e empreendedor. Neste sentido, a Escola pretende:

- Estimular a criatividade de todos os agentes educativos, tornando os processos de ensino e aprendizagem mais aliciantes e mais rigorosos;
- Educar para o sucesso, o que implica capacitação (conhecimentos e competências) muito mais do que o cumprimento de estatísticas;
- Configurar o esforço, o empenho, a disciplina e a civilidade na aquisição dos conhecimentos e das competências pessoais e profissionais;
- Promover um clima institucional onde os atores educativos se sintam felizes e assim possam desempenhar melhor os seus papéis.

A ESJP, enquanto escola pública, define como sua **Missão** assegurar a todos uma escolaridade qualificante e prolongada, respondendo aos seus projetos individuais e contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento e bem-estar social.

1.2 Visão

A **Visão**, de acordo com Silva (2010:pp.65-67), constitui um “pressuposto básico da liderança em qualquer domínio” que se manifesta na “capacidade para perscrutar o futuro e definir um rumo para lá chegar, alcançando os objetivos a que se propõe”.

A **Visão** estratégica será o reforço da identidade da ESJP como **instituição educativa pública de referência**, no concelho de Montijo e nos concelhos limítrofes.

1.3 Valores

Os **Valores** são um conjunto de princípios que definem e facilitam a participação das pessoas na execução da **Missão**, na direção da **Visão**.

Os princípios orientadores deste PE assentam nos **Valores** do anterior PE e do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*:

- **Inclusão**, numa perspetiva de aceitação e de valorização da diferença presente na Escola;
- **Solidariedade**, para as gerações presentes, passadas e vindouras;
- **Cooperação**, desenvolvendo técnicas de ajuda, de comunicação e de escuta;
- **Responsabilização**, numa atitude de reflexão, implicação e desejo de atuar;
- **Liberdade**, respeitando a autonomia de si próprio e do outro;
- **Excelência e exigência**, aspirando ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação;
- **Curiosidade, reflexão e inovação**, querendo aprender mais;
- **Cidadania e participação**, demonstrando respeito pela diversidade humana e cultural e agindo de acordo com os princípios dos direitos humanos;
- **Sentido de justiça**, no respeito por si próprio, pelo outro e pelo ambiente educativo.

Este PE preconiza a formação de indivíduos responsáveis, autónomos, criativos e socialmente interventivos. Pretende-se que a ESJP seja uma escola **integradora** e **aberta** ao exterior, onde se pratiquem e inculquem, através da reflexão, da responsabilização e do exemplo, valores universais inquestionáveis como o respeito, a dignidade, a comunicação, a cooperação, a confiança, a esperança, o otimismo, a resiliência, a ética, a bondade e a integridade, mas também de exigência, trabalho, rigor e transparência.

1. Enquadramento Histórico

O concelho do Montijo e a sua história estão intimamente ligados ao rio Tejo, delimitação natural de grande parte do seu território. As condições naturais favoráveis estiveram na origem de ocupação humana desde a Pré-história, mais concretamente no Paleolítico, de acordo com achados arqueológicos encontrados na região.



Figura 1- Localização do concelho do Montijo

No século XII, as terras, coutadas e herdades que existiam na atual área do concelho do Montijo foram doadas por D. Sancho I, em 1186, aos Cavaleiros da Ordem de Santiago.

O núcleo populacional, habitado principalmente por pescadores e salineiros, muitos deles vindos das rias galegas e do litoral norte de Portugal (fruto do repovoamento decorrente do processo de reconquista cristã), começou a desenvolver-se. O concelho de Aldeia Galega era um dos maiores do Ribatejo, pois integrava duas freguesias, Santa Maria de Sabonha e São Lourenço de Alhos Vedros, ambas no séc. XIV elevadas a concelho. Sabonha virá, no séc. XV, a dar origem aos concelhos de Alcochete e de Aldeia Galega do Ribatejo, sendo este o único a conservar o topónimo original.

Durante a regência (1439-1446) do infante D. Pedro (na menoridade do seu sobrinho, futuro D. Afonso V) e sendo Mestre da Ordem de Santiago seu irmão, o infante D. João, foi mandada construir uma estacada, obra de engenharia importante na época, que impediu o assoreamento do rio, tornando mais fácil a navegação fluvial para Aldeia Galega.

O rei D. Manuel I atribuiu-lhe foral em 15 de setembro de 1514. O mesmo monarca voltou a atribuir novo foral em 17 de janeiro de 1515, desta vez um único diploma para duas vilas: Aldeia Galega do Ribatejo e Alcochete.

Em 1533 o Correio-Mor estabeleceu em Aldeia Galega a sede principal da Posta do Sul, serviço que assegurava o transporte de correspondência. Desde então começaram a passar inúmeros viajantes, vindos de Lisboa, com destino ao sul do país ou a Espanha.

Em 1574 foram redefinidos os limites dos concelhos de Aldeia Galega e de Alcochete.

Em dezembro de 1640 o Duque de Bragança, futuro D. João IV, no caminho para Lisboa, onde viria a ser aclamado rei, pernoitou em Aldeia Galega. Outros monarcas também por aqui haveriam de passar: D. João V, D. João VI, ainda príncipe herdeiro e D. Maria II.

No decorrer do séc. XVIII assistiu-se a uma mudança gradual da economia local: a preponderância das atividades ligadas ao rio e à agricultura cedeu lugar às atividades comerciais e industriais, nomeadamente, ao comércio e transformação de gado suíno. Paralelamente fixaram-se inúmeros alentejanos em Aldeia Galega. A importância da sua situação geográfica, como via de ligação entre Lisboa, o sul do país e a fronteira, é evidenciada num decreto emitido durante o reinado de D. Maria II, que definia, no contexto das necessidades de reparação das estradas do país, como prioritária a estrada de Aldeia Galega do Ribatejo ao Caia e de Lisboa ao Porto, pela sua relevância para a economia do país.

Face ao assoreamento do rio e procurando garantir o fácil transporte de pessoas, que agora a Mala Posta também assegurava, viaturas e mercadorias, em 1852 o Governo mandou construir uma ponte – cais de 315 metros de comprimento. Na segunda metade do século XIX, nas férteis terras de Aldeia Galega, cresciam cereais, vinho e frutas, os pinhais abundavam e o rio dava peixe, marisco e sal. A sua economia agrícola e industrial, aliada à já referida situação geográfica – ponto de escala de quem pretendia alcançar a capital do reino, vindo do sul ou da fronteira, ou de quem de Lisboa viajava para aquelas direções, faziam de Aldeia Galega do Ribatejo um importante entreposto comercial.

Em 6 de julho de 1930, pelo Decreto n.º 18434, a vila e o concelho de Aldeia Galega do Ribatejo passaram a denominar-se Montijo. À época era constituído por três freguesias: Montijo, Sarilhos Grandes e Canha. Em 1957 foi criada a freguesia de Santo Isidro de Pegões. Em 14 de agosto de 1985, com a Lei n.º 32, a vila de Montijo foi elevada à categoria de cidade. Nesse mesmo ano foram criadas as freguesias de Atalaia, Pegões e Alto Estanqueiro-Jardia. Em 1989 a Lei n.º 34, de 24 de agosto, publica a criação da freguesia de Afonsoeiro.

Com o novo Regime Jurídico de Reorganização Administrativa Territorial (Lei n.º 22/2012, de 30 de maio), o concelho do Montijo passou a ser composto por cinco freguesias e uniões de freguesias: União de Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia; Freguesia de Canha; União de Freguesias Montijo e Afonsoeiro; União de Freguesias de Pegões e Freguesia de Sarilhos Grandes.

2. Enquadramento Geográfico

Montijo é uma cidade pertencente à região administrativa III da nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS III) da Península de Setúbal, com cerca de 35 000 habitantes. No passado pertenceu à antiga província do Ribatejo.

É sede de um município com 348,62 km de área e 51 222 habitantes (INE-Censos 2011), subdividido em cinco freguesias. É um dos poucos municípios de Portugal territorialmente descontínuos.

A zona oeste, onde se situa a cidade sede do município, é a mais pequena (56,87 km²) e populosa (33703 habitantes – Censos 2011). Tem uma área aproximada de cerca de 16,2% do território, com uma densidade populacional de 160,7 habitantes por Km² (2017), e é constituída pelas freguesias de União de freguesias de Montijo e Afonsoeiro, União de freguesias de Atalaia, Alto Estanqueiro/Jardia e Sarilhos Grandes. É limitada a norte e a leste pelo município de Alcochete, a sudeste por Palmela, a sul pela Moita e a oeste pelo estuário do Tejo. É na zona oeste que se situam os maiores aglomerados populacionais, sobretudo nas freguesias de Montijo, que representa 58,50% do total da população do concelho e de Afonsoeiro com 9,03%.

A zona este, menos populosa (5465 habitantes – Censos 2011) tem uma área de 291,7 Km², os restantes 83,8% do território, com uma densidade populacional de 19 habitantes por Km², o que representa uma ocupação de apenas 13,95% da população do concelho refletindo uma baixa densidade populacional. É constituída pelas freguesias de Canha e Pegões. É limitada a norte por Coruche, a leste por Montemor-o-Novo e Vendas Novas, a sul e sudoeste por Palmela e a noroeste por Benavente.

Entre 2011 e 2016, o Concelho do Montijo registou-se uma evolução positiva da população em resultados das taxas de crescimento natural e migratória positivas.

Relativamente à estrutura etária da população do concelho do Montijo, esta apresenta um índice de envelhecimento inferior aos registados nas outras zonas geográficas (Portugal, Grande Lisboa e Península de Setúbal). O valor registado de 101,69 (Censos 2011) mostra que a população idosa é muito semelhante à população jovem com idade inferior a 15 anos, contrariamente ao que acontece com as restantes zonas geográficas onde se regista um número de idosos superiores ao número de jovens. A par, regista-se um aumento sustentado da sua população em todas as faixas etárias, com exceção da faixa entre os 15 e os 24 anos.

3. Tecido Social e Económico

A atividade económica do Montijo tem estado, desde há várias décadas, fortemente ligada a atividades como a produção, abate e transformação de carne, a preparação e transformação de cortiça, bem como à produção hortícola, vinícola e florícola. A localização geoestratégica do concelho, bem como as suas características ecológicas e climatéricas foram determinantes para o desenvolvimento dos referidos setores, muito para além do nível regional, dando emprego local a um número significativo de pessoas.

No que se refere à ocupação do solo, a zona urbana a oeste, junto ao rio Tejo e à capital Lisboa, tem uma dinâmica de crescimento urbano que em nada se compara com a zona rural a este e, embora esta última tenha uma área bastante maior é dominada pelo espaço rústico, de economia fortemente agrícola. A zona este ocupa aproximadamente 84% do território do concelho e é predominantemente composta por espaços agrícolas e florestais, que em conjunto representam cerca de 87,2% do seu território. Já no que se refere à zona oeste o espaço agrícola também ocupa uma importância bastante significativa, e corresponde a sensivelmente 32,6% do espaço nesta região, distribuídos quer pelas freguesias menos urbanizadas, casos de Alto Estanqueiro, Atalaia e Sarilhos Grandes, quer pelas mais urbanizadas como o Montijo. As tipologias de ocupação dos solos mais representativas a oeste são o espaço agrícola, o espaço urbano, e o espaço aquícola a que não é alheio o facto de a sua representação ser maior nas freguesias banhadas pelo rio Tejo.

A construção da ponte Vasco da Gama, inaugurada em março de 1998, ligando a zona norte de Lisboa ao Montijo, o desenvolvimento do transporte fluvial Transtejo, bem como a conclusão de importantes eixos rodoviários, colocaram o Montijo no centro do principal corredor rodoviário nacional, permitindo um acesso facilitado às principais cidades do país, às principais infraestruturas portuárias e aeroportuárias e a Espanha.

O seu posicionamento estratégico sai assim reforçado e tem-se mostrado determinante na captação de novos investimentos, de novos projetos, muitos deles de grande dimensão, dando lugar a uma reconfiguração do tecido empresarial local, cada vez mais ligado a atividades comerciais e de serviços.

A elaboração e aprovação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo do Montijo (PEDTM) em 2011 cria expectativas para o desenvolvimento do turismo na região. A possibilidade de construção de um novo aeroporto na Base Aérea n.º6, no Montijo, poderá potenciar o turismo e o emprego no distrito de Setúbal.

Parte II – Caraterização da Escola

1. Espaço Físico

A ESJP situa-se na freguesia União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, concelho do Montijo.

A Escola foi fundada em 1957 como Escola Técnica e Profissional para dar resposta às necessidades de educação e formação concelhias e interconcelhias.

Existiu no Montijo uma escola secundária desde 1882 até 1906, e posteriormente uma escola primária superior, em funcionamento de 1919 a 1926. A Câmara Municipal, em 1906, pediu autorização à administração central para encerrar a Escola Secundária Municipal, por falta de alunos. Pelo Decreto n.º11730, de 15 de junho de 1926, todas as Escolas Primárias Superiores foram extintas.

A inexistência de um liceu local ou de uma escola comercial e industrial, constituía um fator de discriminação social, com benefícios para os que tinham condições económicas para pagar os custos da deslocação dos filhos até Lisboa ou Setúbal. A criação da nova escola provocou as maiores manifestações de regozijo da população local, visto ser uma das suas maiores aspirações.

Criada em 10 de setembro de 1957, pelo Decreto n.º 41258, como Escola Industrial e Comercial de Montijo, foi a única escola durante longos anos a servir o concelho e os concelhos vizinhos, situando-se em edifício próprio, concluído em 1963.

Por despacho ministerial de 9 de maio de 1959 são criados os cursos de serralharia, de montador eletricista, e um curso geral de comércio.

Em 1974, com as reformas introduzidas no sistema educativo, tomou a designação de Escola Polivalente do Montijo, e depois Escola Secundária de Montijo. Quando foi criada uma segunda escola secundária no concelho passou a designar-se Escola Secundária n.º 1 de Montijo.

A atual designação, Escola Secundária Jorge Peixinho, data de julho de 1998 e com ela pretendeu-se homenagear o Maestro e Compositor Jorge Peixinho, natural de Montijo, onde nasceu em 1940, tendo falecido em 1995. Jorge Peixinho edificou e deixou-nos um riquíssimo legado musical, construído pelo seu trabalho como compositor, maestro, pianista e pedagogo. Foi um vulto que se destacou no panorama da cultura portuguesa rumo à modernidade.

A instituição tem tido um papel preponderante quer na formação profissional dos jovens da região e na sua inserção na vida ativa, quer no complemento de formação de adultos que frequentam o ensino noturno. A Escola serve a população da cidade em geral, (ocupada no setor terciário e no secundário, embora em menor número), e da freguesia de Montijo em particular.

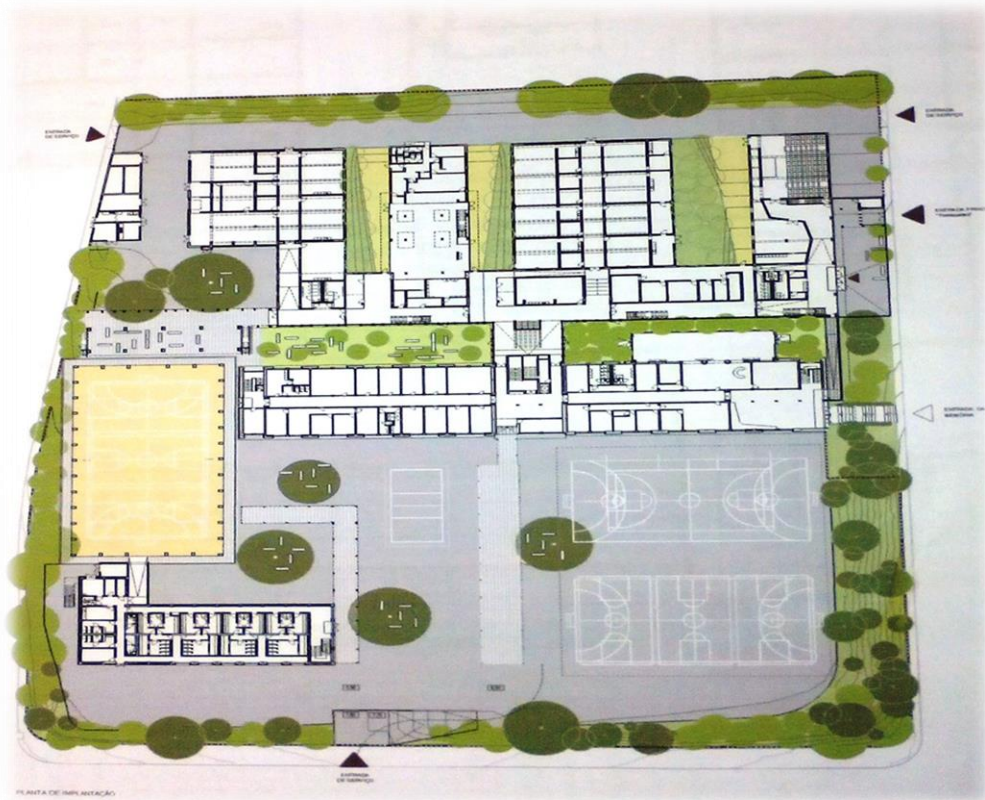


Figura 2 – Planta da ESJP



Figura 3 – ESJP

No ano letivo de 2016/2017 foi inaugurado o novo edifício com a presença do Senhor Ministro da Educação, Doutor Tiago Rodrigues Brandão, ficando disponíveis os seguintes espaços:

Bloco	Piso	Espaços
A	0	Biblioteca e <i>Join the Club!</i>
		Sala do Professor Bibliotecário
		Sala Projeto Conta Connosco Também
		Salas dos Serviços Administrativos
		2 Salas da Direção
		Sala do Expediente
		4 Gabinetes dos Departamentos
		Sala de trabalho para os Diretores de Turma
		Gabinete de Inclusão e Educação para a Saúde (GIES)
		Gabinete do Serviço de Psicologia e Orientação
		Gabinete da Educação Especial
		Gabinete dos Assistentes Operacionais
		Sala de Pausa
		2 Salas de Arquivo
		Sala de clubes
	1	20 Salas de Aula
		Sala de Professores
	2	20 Salas de aula
		Laboratório de Aprendizagem
B	0	Portaria
		Receção
		Auditório
		Sala anexa ao Auditório
		Centro de Apoio à Aprendizagem
		Sala da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
		Sala de Formação do Centro de Formação de Professores de Montijo e Alcochete
		Sala da Diretora do Centro de Formação de Professores de Montijo e Alcochete
		Sala Administrativa do Centro de Formação de Professores de Montijo e Alcochete
		Sala de Pausa
		Sala de atendimento de E.E.
		Sala de Multimédia
		3 Salas de Educação Visual
		2 Salas de Desenho
		Sala de Geometria Descritiva
		Loja do aluno
		Bufete
		Refeitório
		Sala Polivalente
		Sala Projeto Conta Connosco
		2 Salas de Aula
		Oficina de Mecânica
		Oficina de Eletricidade
		Sala de Teatro / Sala de Educação Moral e Religiosa
		Sala de Ciência Viva na Escola
	1	4 Salas – Tecnologias de Informação e Comunicação
		4 Salas de Aula
		3 Laboratórios de Física e Química
		3 Laboratórios de Biologia e Geologia
D	0	Gabinete de trabalho para os professores de Educação Física
		Gabinete médico
	1	2 Ginásios (grande/pequeno)
	2	Sala de aula
		Gabinete de apoio

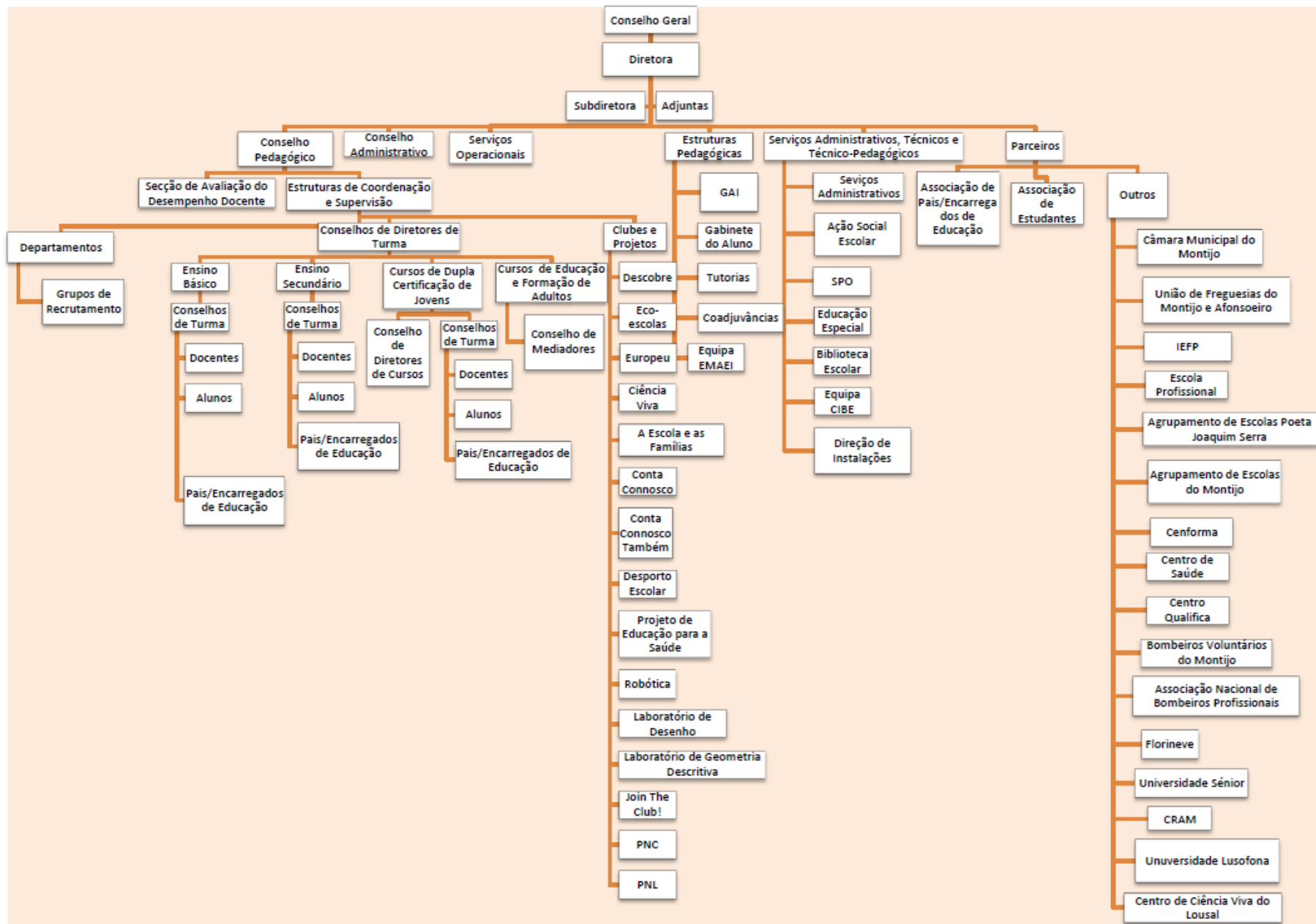
Quadro 1 – Espaços da ESJP

2. A Comunidade Escolar

De acordo com o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho, de 2012, os órgãos de administração e gestão da escola são:

- O conselho geral;
- A direção;
- O conselho pedagógico;
- O conselho administrativo.

Estes encontram-se representados no organigrama que se segue.



2.1 Recursos Humanos

2.1.1 Pessoal Docente

Os quadros seguintes dão-nos uma perspetiva da constituição dos grupos de recrutamento relativos ao pessoal docente, tempo de serviço e o grau académico. Verifica-se uma grande predominância de professores pertencentes ao quadro de escola, com 25 a 29 anos de serviço, o que concorre para a estabilidade do seu funcionamento em termos de distribuição de turmas e horários.

Grupo de Recrutamento		QE	QZP	Contratados
Línguas	E.M.R. (290)	1		
	Português (300)	14	2	3
	Francês (320)	1		1
	Inglês (330)	10	1	1
	Espanhol (350)	2		2
	Educação Especial (910)	2	1	
	Educação Especial (920)	1		
	Teatro (300)	1		
Ciências Sociais e Humanas	História (400)	8		4
	Filosofia (410)	5		2
	Geografia (420)	6	1	3
	Economia e Contabilidade (430)	7		2
Ciências Exatas e Tecnológicas	Matemática (500)	13	1	2
	Educação Tecnológica (530)	2		
	Eletrotecnia (540)	1		
	Informática (550)	4		4
Ciências Naturais e Expressões	Física e Química (510)	7	1	3
	Biologia e Geologia (520)	8		3
	Artes Visuais (600)	6	1	1
	Educação Física (620)	10		4
Total		109	8	35
N.º Total de Docentes		152		

Quadro 2 - Pessoal docente, em exercício de funções, no ano escolar de 2018/2019

Número de Docentes por Tempo de Serviço								
Anos de Serviço	>=35	30-34	25-29	20-24	15-19	10-14	5-9	<5
Nº de Docentes	12	33	20	16	6	10	4	42

Quadro 3 – Docentes, por tempo de serviço, em exercício de funções, no ano escolar de 2018/2019

Doutorados	Mestres	Licenciados	Outras
4	20	123	5

Quadro 4 – Habilitações do pessoal docente, em exercício de funções, no ano escolar de 2018/2019

2.1.2 Pessoal Não Docente

No que diz respeito ao pessoal não docente, a ESJP tem vindo a sofrer uma grande diminuição do número de assistentes operacionais. Esta carência agravou-se com o grande aumento da área coberta da escola resultante da conclusão das obras de requalificação.

O serviço de psicologia e orientação trabalha na área da orientação escolar e profissional bem como no apoio psicopedagógico aos alunos, no diagnóstico e apoio a alunos com necessidades educativas especiais, articulando diretamente com o docente de educação especial e promovendo o desenvolvimento de relações interpessoais na comunidade educativa.

As onze assistentes técnicas encontram-se distribuídas pelas seguintes áreas: alunos, pessoal, tesouraria, contabilidade, expediente e arquivo, ação social escolar e Centro de Formação de Professores de Montijo e Alcochete.

Pessoal Não Docente	
Técnicos Superiores	2
Assistentes Técnicos	11
Assistentes Operacionais	25

Quadro 5 - Pessoal não docente

2.2 Alunos

Sendo, presentemente, a única escola não agrupada do concelho do Montijo, a procura por parte dos alunos tem vindo a crescer, quer por parte dos alunos do ensino básico quer por parte dos alunos do ensino secundário.

No ano letivo de 2018/2019, registou-se o maior número de alunos matriculados, quer no ensino básico quer no ensino secundário.

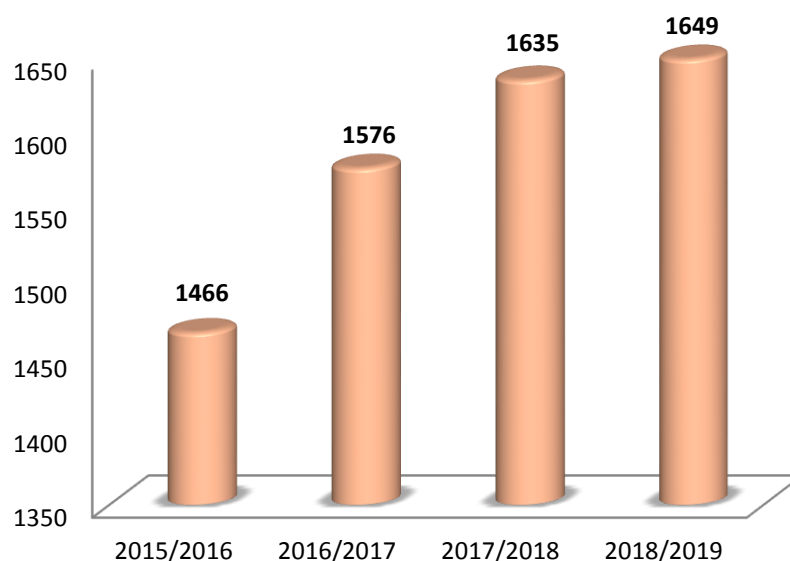


Gráfico 1 – Número total de alunos

Os alunos do Ensino Secundário dos Cursos Científico-Humanísticos e dos Cursos do Ensino Profissional constituem a maioria da população escolar.

	Masculino	Feminino	Total
3.º Ciclo do Ensino Básico	359	351	711
Ensino Secundário	270	370	640
Ensino Profissional	123	41	164
EFA	72	62	134
Total de alunos			1649

Quadro 6 – Número de alunos por escolaridade e género

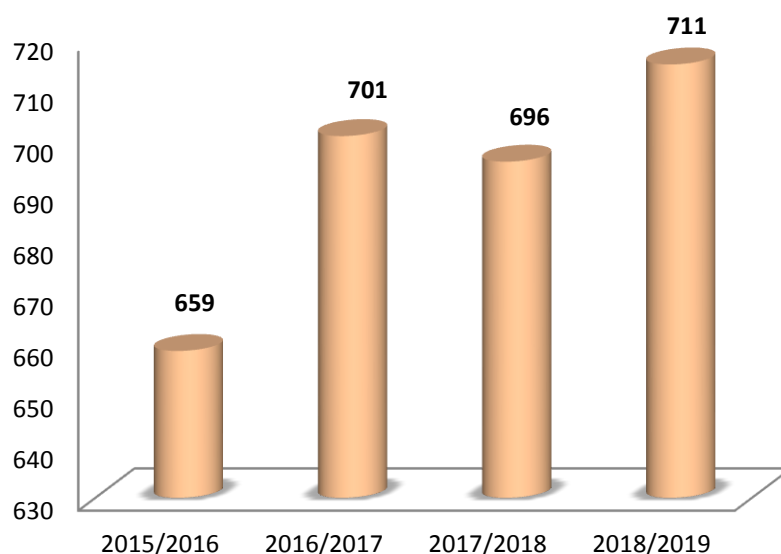


Gráfico 2 – Número de alunos do ensino básico

N.º Turmas	
7.º Ano	10
8.º Ano	9
9.º Ano	9

Quadro 7 – Número de turmas do ensino básico no ano escolar 2018 / 2019

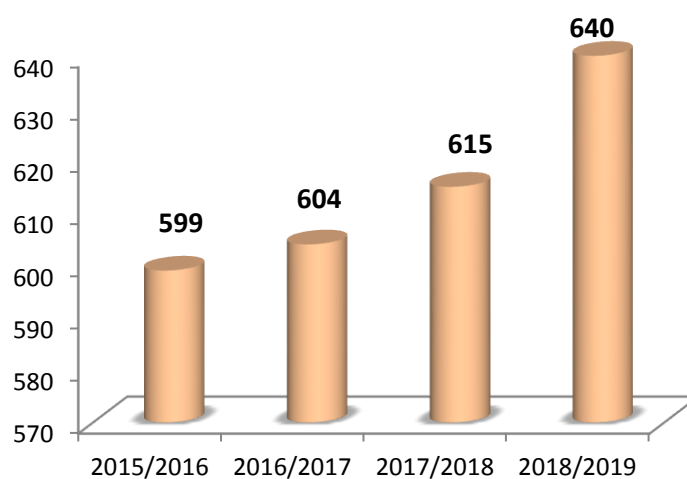


Gráfico 3 – Número de alunos do ensino secundário

	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Cursos Científico-Humanísticos	9	8	7
Cursos Profissionais	3	5	3

Quadro 8 – Número de turmas do ensino secundário

Tipo	Nº Alunos	Nº de Turmas
EFA básico	21	1
EFA secundário	86	2
EFA dupla certificação	13	1
EFA estabelecimento prisional	14	2

Quadro 9 – Número de alunos e de turmas dos cursos de educação e formação de adultos

3. Organização do Currículo

Segundo Roldão (1999), “O currículo constitui o núcleo definidor da existência da escola. A escola constituiu-se historicamente como instituição quando se reconheceu a necessidade social de fazer passar um certo número de saberes de forma sistemática a um grupo ou sector dessa sociedade. Esse conjunto de saberes a fazer adquirir sistematicamente constitui o currículo da escola.”

Mas a sociedade global coloca-nos hoje desafios ao nível social, económico e ambiental. A Escola enfrenta hoje os enormes desafios decorrentes da globalização, da revolução digital, da expansão da sociedade do conhecimento e de um desenvolvimento que se precipita, acelerado. Neste contexto a Escola assume especial relevância nos domínios dos conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, preparando os jovens para «empregos que ainda não foram criados, para tecnologias que ainda não foram inventadas, para resolver problemas que ainda não foram antecipados» (Costa, et al, 2018).

Por outro lado a Escola tende a organizar-se em função do aluno médio ficando retidos aqueles que não conseguiram aprender, acentuando assim as desigualdades sociais, dado que «dar o mesmo a todos, do mesmo modo, no mesmo espaço e no mesmo tempo, só pode gerar mais desigualdades (Cabral, 2014)» porquanto «um sistema educativo será equitativo se os resultados obtidos pelos alunos forem independentes do meio socioeconómico e de outros fatores de desvantagem educativa e sempre que adaptar os recursos às circunstâncias concretas e particulares de aprendizagem de cada indivíduo» (Parlamento Europeu, 2007).

A globalização, a massificação e o alargamento da escolaridade obrigatória, reclamam a adequação da Escola e de um currículo conducente «a uma capacitação e qualificação mais eficazes de todos os cidadãos, no plano económico e cívico» (Peralta et al, 2017).

Neste contexto saliente-se o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* como documento de referência, fundamental nos processos de tomada de decisão dos parceiros educativos, (em termos pedagógicos para a definição de metodologias, estratégias e procedimentos) dado que «constitui-se como o desiderato formativo assumido pelo sistema educativo, de acordo com as necessidades, perspetivas de desenvolvimento, visão e conceção democrática e capacitadora da educação, assumida como um direito efetivo de todos – valores assumidos pela sociedade portuguesa e plasmados no documento em apreço» (Peralta et al, 2017).

Tendo em conta, portanto, a multiplicidade dos desafios colocados à sociedade atual, a ESJP procura oferecer uma variedade de opções formativas que possibilite abranger as necessidades da comunidade em que está inserida. Considerando ainda os desafios apresentados pelo alargamento da escolaridade obrigatória aos 18 anos (Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto), é uma preocupação constante corresponder e responder à procura de novas áreas que estejam em consonância com a complexidade dos desafios que se apresentam aos jovens.

Ainda no espírito subjacente aos princípios orientadores supramencionados, a ESJP mantém a preocupação de criar condições para garantir aprendizagens de qualidade para todos os alunos

dotando-os de competências que os torne aptos ao exercício de uma cidadania ativa exercida em liberdade e proporcionadora de bem-estar.

Assumindo uma orientação inclusiva, pretende-se respeitar o direito de cada um dos alunos, a uma educação consentânea com as suas potencialidades, expectativas e necessidades, adotando medidas universais, seletivas e adicionais, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de janeiro, conducentes a práticas educativas de qualidade com respeito pela diversidade. Particularmente, no caso dos alunos cujas características os impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo comum, para os quais se torna imprescindível a adoção de medidas adicionais como forma de garantir oportunidades para o cumprimento da escolaridade obrigatória, promove a ESJP, de acordo com o normativo legal acima referido, reunindo os seus recursos internos ou estabelecendo parcerias com a comunidade local, o desenvolvimento de um Plano Individual de Transição que apoie o aluno na transição para a vida pós-escolar, fomentando a capacitação e a aquisição de competências pessoais e sociais necessárias à inserção familiar, comunitária e, sempre que possível, profissional.

Anos de Escolaridade	RTP	PEI
7.º	18	0
8.º	4	0
9.º	12	2
10.º	14	1
11.º	9	1
12.º	5	0

Quadro 10 – Número de alunos que necessitam de medidas seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e inclusão ao abrigo do Decreto-Lei n.º54/2018, de 6 de julho

4. Oferta Educativa e Formativa

No ano letivo 2018/2019, a ESJP oferece o currículo nacional do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho e Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho) Cursos Profissionais (Portaria n.º 74-A/ 2013, de 15 de fevereiro, Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto) e Cursos de Educação e Formação de Adultos (Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro).

A população escolar da ESJP, do Ensino Básico, no ano letivo 2018/2019, apresenta a seguinte distribuição:

Ano de Escolaridade	LE II			Oferta de Escola					
	Total	Espanhol	Francês	Oficina de Teatro	Expressão Plástica	Escrita Criativa	Grafismo e Animação na Web	ACND	Ensino Articulado
7.º Ano	238	167	69	28	39	49	98	238	2
8.º Ano	239	178	61	47	50	-	140	239	4
9.º Ano	234	203	31	-	-	-	-	-	7

Quadro 11 – Número de alunos por oferta formativa do ensino básico

Além das disciplinas de caráter obrigatório a ESJP oferece duas línguas estrangeiras de iniciação – Francês e Espanhol.

Inserida na ação de melhoria levada a cabo desde o ano letivo 2012/2013, intitulada “Melhoria das Aprendizagens – Superar o 9.º Ano”, a ESJP oferece o desdobramento, por um período de 50 minutos semanais, às turmas do 9.º ano nas disciplinas de Português, Matemática e Inglês.

As disciplinas de Oferta de Escola no ano letivo de 2018/2019 foram: Escrita Criativa, Expressão Plástica, Oficina de Teatro e Grafismo e Animação na WEB.

Como Oferta Complementar, a ESJP oferece a Área Curricular Não Disciplinar de Educação Cívica e Espaço Turma e Projetos (ETP).

No Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, no seu artigo 9.º, estão previstos os domínios de autonomia curricular (DAC), que têm por base as Aprendizagens Essenciais com vista ao desenvolvimento das áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. No ano letivo 2019/2020, a ESJP irá concretizar a interseção de aprendizagens nas disciplinas de Matemática, Ciências Físico-Naturais e Educação Visual, no 7.º ano. Português, Ciências Sociais e Humanas e Tecnologias de Informação e Comunicação no 8.º ano.

No ano letivo 2019/2020 as disciplinas e as ACND que constam no quadro 12 irão funcionar em regime semestral.

Línguas Estrangeiras		Ciências Humanas	Sociais e	Ciências Naturais	Físico-	Ciências Sociais e Humanas	Oferta Complementar
Inglês	Língua Estrangeira II	História	Geografia	Ciências Naturais	Físico-Química	Cidadania e Desenvolvimento	Oferta de Escola

Quadro 12 - Disciplinas do 7.º e 8.º anos com regime semestral

A ESJP oferece todas as áreas dos Cursos Científico-Humanísticos do Ensino Secundário: Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais.

Ensino Secundário			
Número de Alunos			
	10º Ano	11º Ano	12º Ano
Cursos Científico-humanísticos			
Português	225	182	166
Língua Estrangeira I, II ou III	226	175	73
Filosofia	229	182	
Educação Física	227	176	166
Ciências e Tecnologias			
Matemática A	96	87	64
Física e Química A	93	89	
Biologia e Geologia	70	75	
Geometria Descritiva A	26	11	
Artes Visuais			
Desenho A	24	20	24
Geometria Descritiva A	24	13	
História e Cultura das Artes	27	16	
Línguas e Humanidades			
História A	75	46	75
Geografia A	60	55	
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	60	45	
Língua Estrangeira II - Espanhol	30	16	
Ciências Socioeconómicas			
Matemática A	30	29	19
Economia A	30	30	
Geografia A	30	54	

Quadro 13 – Número de alunos por oferta formativa do ensino secundário

Disciplinas de opção 12.º Ano	
Ano escolar 2018/2019	Nº de alunos
Biologia	48
Economia C	48
Geografia C	47
Inglês (continuação)	75
Oficina de Artes	24
Oficina de Multimédia B	24
Psicologia B	68

Quadro 14 – Número de alunos por disciplina de opção de 12.º ano

Para além dos cursos científico-humanístico a ESJP, no ano letivo 2018/2019, oferece os seguintes cursos profissionais:

Cursos Profissionais	N.º de Alunos		
Técnico de Gestão	16	18	4
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	19	-	18
Técnico de Desporto	28	20	-
Técnico de Informática – Instalação e Gestão de Redes	-	17	-
Técnico de Receção	-	7	-
Técnico de Logística	-	8	-
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	-	-	18

Quadro 15 – Número de alunos por curso do ensino profissional

A oferta formativa da ESJP também contempla os Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA), para os adultos que pretendam elevar as suas qualificações.

Educação e Formação de Adultos		
	Nº de Alunos	Nº de Turmas
EFA Básico B3	21	1
EFA S3	100	2
EFA Dupla Certificação - TAG	13	1

Quadro 16 – Número de alunos inscritos, por oferta formativa, nos cursos EFA, no ano escolar 2018 /2019

A ESJP tem ainda um leque variado de alternativas com o objetivo de apoiar os alunos nas suas aprendizagens ou de desenvolver as suas capacidades, métodos de estudo e de trabalho, espírito criativo, iniciativa e entreajuda, convergentes com o Plano de Atividades.

Estas alternativas surgem na forma de clubes e projetos, a saber:

- Clube Descobre
- Clube de Robótica
- Clube Europeu
- Clube Ciência Viva na Escola
- Desporto Escolar
- Gabinete de Inclusão e Educação para a Saúde (GIES)
- Laboratório de Desenho A
- Laboratório de Geometria Descritiva
- Plano Nacional de Leitura (PNL)
- Plano Nacional de Cinema (PNC)
- Projeto “Conta connosco também”
- Projeto “Conta connosco”
- Projeto “Eco-Escolas”
- Projeto “*Join the Club*”
- Projeto “A Escola e as Famílias”
- Projeto Educação para a Saúde

5. Associações

Independentemente do seu fim, ou objetivos, as associações são, segundo a legislação, órgãos autónomos. A política da ESJP tem sido a de apoiar as iniciativas propostas pelas associações existentes na Escola.

- Associação de Pais e Encarregados de Educação.
- Associação de Estudantes.
- Associação de Antigos Alunos da ESJP.

6. Parcerias e Protocolos

A missão da ESJP consiste em dotar os alunos de competências e conhecimentos que lhes permitam a integração na sociedade e no mercado de trabalho. As empresas e as instituições locais são parceiros indispensáveis para a garantia do sucesso da formação profissional, sem as quais não seria possível organizar a formação em contexto de trabalho.

É nesta perspetiva que as parcerias e os protocolos são fundamentais para as aprendizagens, acrescentando valor à formação dos jovens.

- Parcerias com instituições:
 - Agrupamento de Escolas do Montijo;
 - Associação Nacional de Bombeiros;
 - Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo;
 - Câmara Municipal do Montijo;
 - Centro de Ciência Viva do Lousal;
 - Centro de Formação de Montijo e Alcochete - CENFORMA;
 - Centro de Saúde de Montijo, na promoção da vacinação, exames globais, cheques-dentista e sessões de esclarecimento de alunos na área da sexualidade, ao longo do ano letivo;
 - Centro Qualifica Joaquim Serra;
 - Conservatório de Artes do Montijo;
 - Escola Profissional do Montijo;
 - Estabelecimento Prisional do Montijo;
 - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
 - Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa;
 - Florineve;
 - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território;
 - Instituto Piaget de Almada;
 - Instituto Politécnico de Setúbal.
 - Junta de freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro;
 - Universidade Lusófona de Lisboa.

PARTE III – Análise Estratégica

A análise estratégica, também denominada análise *swot*, corresponde à identificação por parte de uma organização, de forma integrada dos principais aspetos que caracterizam a sua posição estratégica num determinado momento, tanto a nível interno como externo (forma como a organização se relaciona com o seu meio envolvente).

Este diagnóstico assenta em quatro vetores:

- **Pontos fortes** – os atributos da escola que permitem alcançar os seus objetivos;
- **Pontos fracos** – os atributos da escola que prejudicam o seu funcionamento e o alcance dos objetivos;
- **Oportunidades** – as condições ou possibilidades externas à escola que podem favorecer o cumprimento dos seus objetivos;
- **Constrangimentos** – as condicionantes ou possibilidades externas à escola que poderão prejudicar ou inibir o cumprimento dos objetivos.

A definição de uma estratégia deve ter em conta o reforço dos pontos fortes, a exploração das oportunidades e a adoção de medidas que permitam corrigir pontos fracos detetados e ultrapassar os constrangimentos.

Sendo o PE o documento de ação educativa da Escola, deve ser formulado em função da discussão do Projeto de Intervenção da diretora eleita e dos problemas identificados. Deve definir as ações de melhoria a concretizar, as metas e os objetivos a atingir.

Apresentam-se de seguida, os atributos - **pontos fortes** e **pontos fracos** - e as condições de desenvolvimento – **oportunidades** e **constrangimentos**, identificados a partir dos resultados da aplicação de três instrumentos de análise estratégica, a saber: resultados da Avaliação Interna (março de 2018), Relatório da Autoavaliação da Escola, do ano letivo de 2016 - 2017, levados a cabo pelo Gabinete de Avaliação Interna (GAI) e as recomendações constantes no Relatório da Avaliação Externa (IGEC) de 11 e 12 de abril de 2012.

Pontos fortes:

- A valorização da participação dos alunos nos processos de tomada de decisão, promovendo-se a construção de percursos de cidadania mais interventivos;
- O planeamento das atividades, realizado de forma colaborante entre os docentes e tendo em conta as especificidades do meio onde a Escola se insere;
- O desenvolvimento de práticas ativas e experimentais, na generalidade das disciplinas, e o envolvimento dos alunos em projetos e atividades estimulantes;
- A coerência entre autoavaliação e ação para a melhoria, o que tem contribuído positivamente para o desenvolvimento da organização escolar;
- A imagem positiva da Escola na comunidade devido ao seu bom desempenho global;

- O bom desempenho dos docentes, pautado pela exigência e disponibilidade;
- O nível de cooperação entre os membros do conselho de turma;
- O nível de relação e cooperação com as estruturas organizativas da Escola;
- A disponibilização aos encarregados de educação da informação necessária sobre os assuntos relacionados com os educandos;
- O nível de colaboração do(s) representante(s) dos encarregados de educação;
- A boa relação professor/ aluno;
- A perceção, por parte da comunidade educativa, da Escola como local onde os alunos aprendem;
- Existência de projetos orientados para a promoção do sucesso;
- A disponibilidade para esforço suplementar por parte do pessoal docente e não docente.

Pontos fracos:

- A não eficácia das estratégias no âmbito dos cursos profissionais de modo a melhorar os resultados académicos dos alunos e diminuir as taxas de abandono/desistência;
- A falta de supervisão da atividade letiva em sala de aula enquanto estratégia que visa o desenvolvimento profissional dos docentes e a melhoria das práticas;
- A fraca adesão dos pais e encarregados de educação nas atividades promovidas pela Escola;
- As ocorrências disciplinares;
- Os recursos indisponíveis/deficientes (projetores, *internet*...).
- A não utilização do cartão de identificação da Escola por grande parte dos alunos;
- Número excessivo de faltas injustificadas.

Quadro 17 - Análise do ambiente interno da instituição

Oportunidades:

- A boa imagem que o estabelecimento de ensino detém na comunidade, facto que se reflete na sua capacidade de atração;
- O espaço físico renovado.

Constrangimentos:

- A não articulação vertical entre o ensino básico e o ensino secundário, bem como com os estabelecimentos de ensino de origem dos alunos, no final do 2.º ciclo, de modo a melhorar a sequencialidade das aprendizagens e a integração dos alunos;
- A ausência de envolvimento da comunidade educativa na vida da Escola.

Quadro 18 - Análise do ambiente externo da instituição

PARTE IV - Áreas de Intervenção

Para cada área de intervenção, explicita-se os objetivos principais, bem como as diferentes estratégias para atingir esses objetivos e as metas/indicadores. As metas são a segmentação do objetivo, em que o aspeto quantitativo tem uma importância maior, ou seja, é mais preciso em valor e em data, pois passa a ser mais próximo que o objetivo. Dessa forma, em gestão devem ser traçadas as metas que se querem alcançar. Devem ser claras e perfeitamente mensuráveis e datadas, pois quando se alcançam todas as metas, para além de se terem atingido todos os objetivos, a missão foi atendida.

O Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, refere que o PE deve explicitar, para um período de três anos, as metas da escola no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial, assim como a sua apropriação individual e coletiva, segundo as quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

Tomados em consideração os recursos materiais disponíveis e as capacidades de todos os intervenientes no processo educativo, foram definidas as seguintes áreas de intervenção, discriminadas no quadro 8, que articulam e organizam os objetivos a atingir e as medidas a desenvolver para a sua consecução:

Resultados (A)	A1. Resultados Escolares Internos (Ensino Básico)
	A2. Resultados Escolares Internos (Ensino Secundário)
	A3. Resultados Escolares Internos (dos Cursos Profissionais)
	A4. Resultados Escolares Externos (Ensino Básico)
	A5. Resultados Escolares Externos (Ensino Secundário)
	A6. Gestão do Currículo
	A7. Abandono, desistência e cumprimento de regras e disciplina
	A8. Educar para a Cidadania
Organização e funcionamento (B)	B1. A escola como organização aprendente, eficaz e eficiente
	B2. Formação
	B3. Melhoria da comunicação/informação
	B4. Serviços de apoio
	B5. Segurança
	B6. Gestão das instalações e dos recursos materiais
Relação com a comunidade (C)	C1. Abertura ao meio

Quadro 19 – Áreas de intervenção

Para uma operacionalização mais eficaz do PE e uma maior articulação com outros documentos orientadores da Escola foram elaborados quadros (Quadros n.º 19 – **Resultados** (A); n.º 20 – **Organização e Funcionamento** (B) e n.º 21 – **Relação com a Comunidade** (C)). Cada um dos quadros corresponde a uma Área de Intervenção, com a explicitação dos seus objetivos, estratégias, indicadores e metas.

Área de Intervenção A – Resultados

A1. Resultados Escolares Internos (Ensino Básico)

Objetivos:

O.1. Melhorar os Resultados Escolares dos alunos por ano de escolaridade.

O.2. Melhorar os Resultados Escolares dos alunos do 3.º Ciclo.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
<p>E.1 Articulação entre documentos orientadores na vida da Escola (PE, plano de atividades (PA), critérios de avaliação, planificações...).</p> <p>E.2 Promoção da articulação entre departamentos curriculares, disciplinas, áreas disciplinares e/ou cursos.</p> <p>E.3 Envolvimento de docentes de níveis de ensino diferentes em atividades de tutoria/apoio educativo.</p> <p>E.4 Aumento da participação dos alunos nas atividades de apoio educativo.</p> <p>E.5 Realização de reuniões regulares entre os coordenadores de departamento curricular/grupo de recrutamento.</p> <p>E.6 Potenciação dos projetos Conta Connosco, Conta Connosco Também e <i>Join the Club</i>.</p> <p>E.7 Continuação do desdobramento das disciplinas de português, matemática e inglês, no 9.º ano.</p> <p>E.8 Concretização de um plano de ações de informação e de aconselhamento no âmbito da orientação escolar e profissional.</p> <p>E.9 Manutenção de formas de reconhecimento e valorização do sucesso dos alunos.</p> <p>E.10 Estabelecimento de medidas de gestão curricular a desenvolver com vista ao sucesso educativo de cada aluno:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Acomodações curriculares;▪ Adaptações curriculares não significativas;▪ Adaptações curriculares significativas. <p>E.11 Promoção de articulação curricular da BE com as diferentes áreas de ensino-aprendizagem, nomeadamente no âmbito das literacias da leitura, da informação e dos média.</p> <p>E.12 Reforço de coadjuvação pedagógica nas disciplinas e turmas com menor sucesso.</p> <p>E.13 Reflexão sobre as práticas letivas.</p>	<p>I.1 Taxa de insucesso do 7.º Ano (%).</p>	Relatório do programa informático de gestão de alunos.	≤ 7,5	≤ 7	≤ 6,5	≤ 6
<p>I.2 Taxa de insucesso do 8.º Ano (%).</p>	≤ 10,5		≤10	≤9,5	≤9	
<p>I.3 Taxa de insucesso do 9.º Ano (%).</p>	≤16		≤15	≤14	≤13	
<p>I.4 Taxa de transição ou conclusão no 3.º Ciclo (%).</p>	≥75		≥80	≥85	≥90	
		Dados da MISI (DGEEC).				

Área de Intervenção A – Resultados

A2. Resultados Escolares Internos (Ensino Secundário)						
<p>Objetivos:</p> <p>O.1 Melhorar os Resultados Escolares dos alunos por ano de escolaridade.</p> <p>O.2 Melhorar os Resultados Escolares dos alunos do Ensino Secundário.</p> <p>O.3 Melhorar as classificações obtidas pelos alunos na avaliação externa do secundário.</p>						
Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
<p>E.1 Articulação entre documentos orientadores na vida da Escola (PE, PA, critérios de avaliação, planificações...).</p> <p>E.2 Promoção da articulação entre departamentos curriculares, disciplinas, áreas disciplinares e/ou cursos.</p> <p>E.3 Ampliação da participação dos alunos nas atividades de apoio educativo.</p> <p>E.4 Realização de reuniões regulares entre os coordenadores de departamento curricular/grupo de recrutamento.</p> <p>E.5 Potenciação dos projetos Conta Connosco, Conta Connosco Também e <i>Join the Club</i>.</p> <p>E.6 Manutenção de formas de reconhecimento e valorização do sucesso dos alunos.</p> <p>E.7 Estabelecimento de medidas de gestão curricular a desenvolver com vista ao sucesso educativo de cada aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acomodações curriculares; • Adaptações curriculares não significativas; • Adaptações curriculares significativas. <p>E.8 Promoção de um maior trabalho de articulação vertical entre o 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário.</p> <p>E.9 Promoção de atividades de articulação curricular da BE com as diferentes áreas de ensino-aprendizagem, nomeadamente no âmbito das literacias da leitura, da informação e dos média.</p> <p>E.10 Reflexão sobre as práticas letivas.</p>	<p>I.1 Taxa de insucesso do 10.º Ano (%).</p>	<p>Relatório do programa informático de gestão de alunos.</p> <p>Relatório de Autoavaliação.</p> <p>Dados da MISI (DGEEC).</p>	≤ 14,5	≤ 14	≤ 13,5	≤ 13
	<p>I.2 Taxa de insucesso do 11.º Ano (%).</p>		≤ 11	≤ 10	≤ 9	≤ 8
	<p>1.3 Taxa de insucesso do 12.º Ano (%).</p>		≤ 33	≤ 32	≤ 31	≤ 30
	<p>I.4 Taxa de aprovação ou conclusão no Ensino Secundário (%).</p>		≥ 80	≥ 82	≥ 84	≥ 86

Área de Intervenção A – Resultados

A3. Resultados Escolares (dos Cursos Profissionais)

Objetivos:

O.1. Melhorar os Resultados Escolares dos alunos por curso.

O.2. Melhorar os Resultados Escolares dos alunos dos alunos inscritos em percursos alternativos.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
<p>E.1 Articulação entre documentos orientadores na vida da Escola (PE, PA, critérios de avaliação, planificações...).</p> <p>E.2 Promoção da articulação entre departamentos curriculares, disciplinas, áreas disciplinares e/ou cursos.</p> <p>E.3 Envolvimento de docentes de níveis de ensino diferentes em atividades de tutoria/apoio tutorial específico e apoio educativo.</p> <p>E.4 Realização de reuniões regulares entre os coordenadores de departamento curricular/grupo de recrutamento.</p> <p>E.5 Desenvolvimento de iniciativas sobre a inclusão de alunos com Adaptações curriculares não significativas e Adaptações curriculares significativas.</p> <p>E.6 Concretização de um plano de ações de informação e de aconselhamento no âmbito da orientação escolar e profissional.</p> <p>E.7 Coadjuvação pedagógica.</p> <p>E.8 Reflexão sobre as práticas letivas.</p>	I.2 Taxa de insucesso dos Cursos Profissionais (%).	<p>Relatório do programa informático de gestão de alunos.</p> <p>Relatório de Autoavaliação.</p> <p>Dados da MISI (DGEEC).</p>				
			≤ 45	≤ 44	≤ 43	≤ 40

Área de Intervenção A – Resultados

A4. Resultados Escolares Externos (Ensino Básico)

Objetivos:

O.1. Melhorar as classificações obtidas pelos alunos na avaliação externa no 3.º Ciclo, a Português e Matemática.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018	2019	2020	2021
			2019	2020	2021	2022
<p>E.1 Articulação entre documentos orientadores na vida da Escola (PE, PA, critérios de avaliação, planificações...).</p> <p>E.2 Promoção da articulação entre departamentos curriculares, disciplinas, áreas disciplinares e/ou cursos.</p> <p>E.3 Ampliação da participação dos alunos nas atividades de apoio educativo.</p> <p>E.4 Realização de reuniões regulares entre os coordenadores de departamento curricular/grupo de recrutamento.</p> <p>E.5 Potenciação dos projetos Conta Connosco e Conta Connosco Também.</p>	<p>I.1 Classificação média das Provas Finais (níveis).</p>	<p>Relatórios Técnicos do IAVE</p>	<p>A média, percentual, das diferenças entre os resultados dos alunos internos da ESJP e os resultados nacionais ser maior ou igual a zero.</p>			

Área de Intervenção A – Resultados

A5. Resultados Escolares Externos (Ensino Secundário)						
Objetivos:						
O.1 Melhorar as classificações obtidas pelos alunos nas provas de avaliação externa do ensino secundário.						
Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
<p>E.1 Articulação entre documentos orientadores na vida da Escola (PE, PA, critérios de avaliação, planificações...).</p> <p>E.2 Promoção da articulação entre departamentos curriculares, disciplinas, áreas disciplinares e/ou cursos.</p> <p>E.3 Amplificação da participação dos alunos nas atividades de apoio educativo.</p> <p>E.4 Realização de reuniões regulares entre os coordenadores de departamento curricular/grupo de recrutamento.</p> <p>E.5 Potenciação dos projetos Conta Connosco, Conta Connosco Também e <i>Join the Club</i>.</p> <p>E.6 Inclusão, nos horários dos professores nas disciplinas sujeitas a avaliação externa, aulas de preparação para exame – <i>Salas das disciplinas</i>.</p>	<p>I.1 Média das diferenças entre os resultados dos alunos internos da ESJP e os resultados nacionais, nas 1.ª e 2.ª fases de exames.</p>	Relatórios Técnicos do IAVE	<p>A média das diferenças entre os resultados dos alunos internos da ESJP e os resultados nacionais ser maior ou igual a zero.</p> <p>Resultados positivos em pelo menos 60% das disciplinas com exames.</p>			

Área de Intervenção A – Resultados

A6. Gestão do Currículo

Objetivos:

- O.1** Promover a sequencialidade e a articulação vertical e horizontal de conteúdos, competências e aprendizagens.
- O.2** Promover o trabalho e a prática pedagógica colaborativa entre disciplinas.
- O.3** Promover o trabalho articulado com os departamentos, grupos de recrutamento e docentes, incentivando a integração da Biblioteca Escolar (BE) nas práticas letivas.
- O.4** Promover o trabalho da BE com os currículos, incentivando o gosto pela leitura e as competências literárias e de informação.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
E.1 Articulação entre documentos orientadores na vida da Escola (PE, PA, critérios de avaliação, planificações...).						
E.2 Promoção da articulação entre departamentos curriculares, disciplinas, áreas disciplinares e/ou cursos.	I.1 Número de atividades interdisciplinares e/ou de articulação curricular (domínios de autonomia curricular).	Relatório do programa informático de gestão de alunos.				
E.3 Envolvimento de docentes de níveis de ensino diferentes em atividades de tutoria/apoio educativo.		Relatório de Autoavaliação.				
E.4 Realização de reuniões regulares entre os coordenadores de departamento curricular/grupo de recrutamento.	I.2 Número de docentes envolvidos em atividades de tutoria/apoio educativo.	Relatório de Execução do Plano de Atividades				
E.5 Avaliação, anual, da oferta formativa mais adequada.		Dados da MISI (DGEEC).				
E.6 Promoção de atividades de carácter horizontal e vertical, integradoras de conhecimentos das diferentes áreas curriculares.	I.3 Número de reuniões.					

Cumprimento, em 50%, das metas definidas na área de intervenção – **Resultados** (A).

Área de Intervenção A – Resultados

A7. Abandono, desistência e cumprimento de regras e disciplina

Objetivos:

O.1 Prevenir o abandono e a desistência escolar.

O.2 Monitorizar a evolução das taxas de abandono por ano de escolaridade, por ciclo e por curso.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
<p>E.1 Referenciação dos alunos que revelam insucesso, identificação das causas e aplicação atempada de medidas conducentes à sua remediação.</p> <p>E.2 Envolvimento dos SPO na reorientação vocacional de alunos que evidenciem elevados níveis de insucesso nos cursos frequentados.</p> <p>E.3 Dinamização, ao longo do ano letivo, atividades de divulgação da oferta educativa, seja através da publicação de informação escrita, seja através de sessões de esclarecimento prestadas pelos SPO a alunos e pais/encarregados de educação, seja por via do testemunho direto de antigos alunos que frequentaram os cursos ou ainda mediante a participação ativa da Escola em “feiras”, mostras ou outras iniciativas.</p> <p>E.4 Monitorização mais próxima dos alunos que evidenciem níveis de insucesso, de indisciplina e/ou de falta de assiduidade mais elevados.</p> <p>E.5 Potenciação do Gabinete de Inclusão e Educação para a Saúde (GIES), agregando o Projeto da Educação para a Saúde, através da atribuição de competências específicas no apoio de alunos com comportamentos de indisciplina e/ou de risco.</p> <p>E.6 Elaboração de projetos que articulem o Plano de Atividades, Aprendizagens Essenciais e a Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola.</p>	I.1 Taxas de abandono do 7.º ano de escolaridade.	<p>Relatório do programa informático de gestão de alunos.</p> <p>Relatório de Autoavaliação.</p> <p>Dados da MISI (DGEEC).</p>	≤ 1,5	≤ 1	≤ 0,9	≤ 0,8
	I.2 Taxas de abandono do 8.º ano de escolaridade.		≤ 2	≤ 1,9	≤ 1,8	≤ 1,7
	I.3 Taxas de abandono do 9.º ano de escolaridade.		≤ 1,9	≤ 1,8	≤ 1,7	≤ 1,6
	I.4 Taxas de abandono do 3.º Ciclo.		≤ 2,8	≤ 2,7	≤ 2,6	≤ 2,5
	I.5 Taxas de abandono do 10.º ano de escolaridade.		≤ 2	≤ 1,9	≤ 1,8	≤ 1,7
	I.6 Taxas de abandono do 11.º ano de escolaridade.		≤ 1,9	≤ 1,8	≤ 1,7	≤ 1,6
	I.7 Taxas de abandono do 12.º ano de escolaridade.		≤ 2,5	≤ 2,4	≤ 2,2	≤ 2
	I.8 Taxas de abandono do Ensino Secundário.		≤ 2,5	≤ 2	≤ 1,9	≤ 1,8
	I.9 Taxas de abandono dos cursos.		≤ 10,5	≤ 10	≤ 9,9	≤ 9,8
	I.10 Diminuição do número de ocorrências disciplinares registadas por ano de escolaridade.		<p>Diminuição do número de ocorrências e de procedimentos disciplinares de 1% em cada ano.</p>			
	I.11 Diminuição do número de procedimentos disciplinares.					

Área de Intervenção A – Resultados

A7.Abandono, desistência e cumprimento de regras e disciplina

Objetivos:

O.3 Analisar o n.º (e percentagem) de alunos com Ação Social Escolar (ASE), especificando os que se encontram integrados nos escalões A e B.

O.4 Investir na orientação vocacional precoce e na reorientação vocacional.

O.5 Prevenir a indisciplina e a ocorrência de comportamentos desviantes entre os alunos da Escola.

O.6 Potenciar o funcionamento do GIES para prestar apoio a alunos com comportamentos de indisciplina e/ou de risco.

O.7 Garantir o cumprimento das normas do Regulamento Interno (RI).

O.8 Implementar estratégias e ações promotoras de um clima favorável de ensino/aprendizagem em contexto de sala de aula.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
<p>E.7 Monitorização do número de alunos beneficiários da ação social escolar (ASE), por escalão.</p> <p>E.8 Prestação de auxílio, no que diz respeito a material escolar e ao reforço alimentar, a crianças e jovens assinalados pela situação de risco em que se encontra o respetivo agregado familiar.</p> <p>E.9 Referenciação dos alunos que revelam insucesso, identificação das causas e aplicação atempada de medidas conducentes à sua remediação.</p> <p>E.10 Envolvimento dos SPO na reorientação vocacional de alunos que evidenciem elevados níveis de insucesso nos cursos frequentados.</p> <p>E.11 Dinamização, ao longo do ano letivo, de atividades de divulgação da oferta educativa, seja através da publicação de informação escrita, seja através de sessões de esclarecimento prestadas pelos SPO a alunos e pais/encarregados de educação, seja por via do testemunho direto de antigos alunos que frequentaram os cursos ou ainda mediante a participação ativa da Escola em “feiras”, mostras ou outras iniciativas.</p> <p>E.12 Monitorização da assiduidade.</p> <p>E.13 Constituição e potenciação do GIES, agregando o Projeto da Educação para a Saúde e o Gabinete de Integração e Mediação de Conflitos, através da atribuição de competências específicas no apoio de alunos com comportamentos de indisciplina e/ou de risco.</p>	<p>I.1 Número de alunos beneficiários do ASE.</p> <p>I.2 Número de alunos com auxílios económicos.</p> <p>I.3 Número de alunos reorientados pelo SPO.</p> <p>I.4 Número de faltas injustificadas.</p>	<p>Relatório do programa informático de gestão de alunos.</p> <p>Relatório de Autoavaliação.</p>	<p>Diminuir, em 1%, as faltas injustificadas em todos os anos letivos de vigência deste PE.</p> <p>Aplicar, em 100%, os auxílios económicos da ASE.</p> <p>Divulgar o RI, em todas as reuniões de receção aos novos alunos.</p> <p>Divulgar o RI através da Página da Escola</p>			

Área de Intervenção A – Resultados

A7. Abandono, desistência e cumprimento de regras e disciplina

Objetivos:

O.9 Agir nos casos de indisciplina com a celeridade e o rigor necessários no respeito pelo preceituado na Lei e no RI da ESJP.

O.10 Responsabilizar os pais e encarregados de educação na formação dos seus educandos.

O.11 Incentivar o desenvolvimento de projetos destinados à prevenção e/ou ao combate à indisciplina.

O.12 Aumentar a participação dos alunos na organização e funcionamento da Escola através das associações de estudantes, em assembleias de alunos ou assembleia geral de alunos, através do seu representante no conselho geral, nas estruturas de coordenação educativa e de supervisão pedagógica, como o conselho de turma, através do delegado ou subdelegado de turma e nas assembleias de delegados de turma.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 -	2019 -	2020 -	2021 -
<p>E.14 Instituição de mecanismos para dar a conhecer o RI aos alunos e pais/encarregados de educação no ato de matrícula.</p> <p>E.15 Promoção da análise parcial do RI na primeira reunião dos professores e/ou dos diretores de turma com os respetivos pais e encarregados de educação bem como no primeiro contacto com os alunos.</p> <p>E.16 Sensibilização dos docentes, do pessoal não docente e dos discentes para o cumprimento do RI, através de um trabalho de proximidade que os envolva diretamente, nomeadamente ao nível da sala de aula e dos espaços públicos da ESJP.</p> <p>E.17 Reforço da liderança e da autoridade do professor no espaço da sala de aula.</p> <p>E.18 Adoção de uma postura de maior visibilidade e proximidade, sobretudo por parte do diretor (e de outros elementos da direção) junto dos alunos nos espaços públicos da escola.</p> <p>E.19 Promoção e realização de assembleias de alunos.</p> <p>E.20 Realização de ações de sensibilização e/ou de formação no âmbito da indisciplina, da gestão/mediação de conflitos e da liderança de grupos.</p> <p>E.21 Aplicação, em tempo útil, das medidas disciplinares corretivas e/ou sancionatórias previstas no estatuto do aluno e no RI.</p> <p>E.22 Aprofundamento da parceria com o Programa Escola Segura da Polícia de Segurança Pública (ao nível da sensibilização, da formação e da dissuasão de comportamentos de risco).</p> <p>E.23 Incentivo ao desenvolvimento de projetos e/ou ações inovadoras (por parte de alunos, professores, pessoal não docente, pais e/ou outras entidades) destinados à prevenção e/ou ao combate à indisciplina.</p>	<p>Número de assembleias de alunos.</p> <p>Número de ações de formação.</p> <p>Número de alunos beneficiários do ASE.</p> <p>Número de faltas injustificadas.</p>	<p>Relatório do programa informático de gestão de alunos.</p> <p>Relatório de Autoavaliação.</p>	<p>2019 2020 2021 2022</p>	<p>2019 2020 2021 2022</p>	<p>2019 2020 2021 2022</p>	<p>2019 2020 2021 2022</p>

Área de Intervenção A – Resultados

A8. Educar para a Cidadania							
<p>Objetivos:</p> <p>O.1 Valorizar atitudes e comportamentos socialmente responsáveis.</p> <p>O.2 Promover a educação para a cidadania.</p> <p>O.3 Incrementar o desenvolvimento da sensibilidade intercultural.</p> <p>O.4 Promover o respeito pelo ambiente.</p> <p>O.5 Desenvolver projetos e atividades que promovam hábitos de vida saudável.</p>							
Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas				
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022	
<p>E.1 Incentivo à dinamização de iniciativas por parte dos alunos (ou de quaisquer outros elementos da comunidade escolar) que promovam o respeito e a solidariedade (campanhas, voluntariado...).</p> <p>E.2 Desenvolvimento de atividades que visam o desenvolvimento da sensibilização intercultural e a erradicação de preconceitos sociais e culturais.</p> <p>E.3 Promoção de atividades que envolvam alunos, professores e famílias, de modo a estimular sentimentos de integração e pertença à comunidade escolar e local.</p> <p>E.4 Desenvolvimento de clubes/projetos/iniciativas que fomentem comportamentos de respeito para com o ambiente.</p> <p>E.5 Promoção do respeito pelo material e equipamento escolar.</p> <p>E.6 Reforço de ações de formação/sensibilização, no âmbito da educação para a saúde e sexualidade.</p> <p>E.7 Promoção de atitudes preventivas, no âmbito da saúde, ambiente, consumo e segurança.</p>	Número de iniciativas por parte dos alunos (ou de quaisquer outros elementos da comunidade escolar) que promovam o respeito e a solidariedade (campanhas, voluntariado...).						<p>Aumento, em 2%, em cada ano letivo as iniciativas dos alunos (ou de quaisquer outros elementos da comunidade escolar) que promovam o respeito e a solidariedade (campanhas, voluntariado...).</p> <p>Aumento, em 2%, da participação dos docentes de diversas disciplinas nos projetos de educação sexual de turma.</p>

Quadro 20 – Área de intervenção: RESULTADOS

Área de Intervenção B - Organização e funcionamento

B1. A Escola como organização aprendente, eficaz e eficiente

Objetivos:

- O.1.** Envolver ativamente todos os atores da comunidade escolar e os parceiros no PAA no cumprimento do RI.
- O.2.** Promover a coordenação e a articulação de atividades do PAA numa perspetiva horizontal e vertical.
- O.3.** Aprofundar o sentimento de pertença em relação à Escola.
- O.4.** Incentivar a dinamização de ações que envolvam a participação de alunos, docentes e pessoal não docente.
- O.5.** Promover o sucesso educativo e a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos da Escola.
- O.6.** Estabelecer metas anuais para cada ano escolar por ano de escolaridade, disciplina, turma.
- O.7.** Implementar um processo de autorregulação que permita identificar pontos fortes e fragilidades.
- O.8.** Definir estratégias para a melhoria do serviço educativo, tendo em conta os dados do processo de autorregulação.
- O.9.** Criar condições de trabalho motivantes para a comunidade escolar.
- O.10.** Redefinir estratégias tendo em conta a análise dos resultados.
- O.11.** Promover uma gestão participada, transparente apoiada em critérios de qualidade.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018	2019	2020	2021
			-	-	-	-
E1. Envolvimento da comunidade educativa na conceção, aplicação e monitorização dos documentos estruturantes da Escola; E2. Criação de momentos festivos que reúnam a comunidade educativa; E3. Criação de símbolos de pertença, que resultem de processos partilhados (concursos...) E4. Envolvimento da comunidade na avaliação dos serviços e na definição das prioridades de intervenção. E5. Promoção do trabalho de equipa de professores, por estruturas existentes e por áreas de reflexão. E6. Impacto da autoavaliação no planeamento, na organização e nas práticas profissionais. E7. Envolvimento e participação da comunidade educativa na autoavaliação. E8. Continuidade e abrangência da autoavaliação. E.9 (Re)definição/implementação de estratégias tendo em conta os resultados analisados. E.10 Implementação de uma liderança e gestão de proximidade com reforço das lideranças intermédias e envolvimento direto das mesmas na tomada de decisões. E.11 Elaboração de horários de forma a cumprir com o objetivo n.º 8. E.12 Estabelecimento de um equilíbrio na constituição de turmas.	Resultados dos inquéritos de satisfação. Análise dos resultados obtidos na Área de Intervenção – Resultados (A). Taxa de frequência da BE.	Relatório de Autoavaliação. Relatório de autoavaliação da BE. Inquéritos de satisfação.	Realização de dois eventos, por ano letivo, para comunidade escolar. ≥ 40% de participações de alunos nos eventos da Escola. Inquéritos de satisfação com resultados positivos em mais de 50% Cumprimento, em mais de 60%, das metas estabelecidas na Área de Intervenção A. Divulgação, uma vez por ano letivo, dos resultados do cumprimento das metas estabelecidas na área de Intervenção A pela Comunidade Escolar. Cumprimento em mais de 50% das metas estabelecidas no PE.			

Área de Intervenção B - Organização e funcionamento

B1. A Escola como organização aprendente, eficaz e eficiente

Objetivos:

O.12 Promover uma maior articulação com as estruturas intermédias.

O.13 Mobilizar as estruturas intermédias, de modo a rentabilizar os recursos existentes na resolução dos problemas pedagógicos.

O.14 Corresponsabilizar os responsáveis por cada uma das estruturas intermédias no desempenho das suas funções.

O.15 Motivar as estruturas intermédias concedendo-lhes a autonomia necessária.

O.16 Promover a Biblioteca Escolar.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018	2019	2020	2021
			-	-	-	-
			2019	2020	2021	2022
<p>E.13 Realização de reuniões periódicas com as lideranças intermédias, coordenadores de departamento curricular, coordenadores de diretores de turma, chefe dos serviços de administração escolar e coordenador dos assistentes operacionais com o objetivo de monitorizar e redefinir os respetivos objetivos de cada estrutura.</p> <p>E.14 Monitorização da taxa de frequência da biblioteca escolar.</p>	<p>Taxa de frequência da BE.</p> <p>Análise dos resultados da avaliação da biblioteca de acordo com a MABE (modelo de avaliação de biblioteca escolar).</p>	<p>Relatório de autoavaliação da BE.</p>	<p>Aumentar a taxa de frequência da biblioteca escolar todos os anos letivos.</p> <p>Resultados positivos da avaliação MABE da biblioteca.</p>			

Área de Intervenção B - Organização e funcionamento

B2. Formação

Objetivos:

- O.1** Promover o desenvolvimento pessoal e profissional ao longo da vida.
- O.2** Reconhecer, perante a comunidade escolar, o esforço realizado pelo professor e ou pessoal não docente na sua valorização profissional.
- O.3** Apostar na formação ministrada internamente.
- O.4** Acionar protocolos de colaboração com instituições do ensino superior.
- O.5** Rentabilizar os recursos humanos da Escola tendo em conta a formação profissional adquirida.
- O.6** Elaborar um plano de formação destinado aos assistentes operacionais, com vista à melhoria das relações interpessoais, à gestão de conflitos e ao reconhecimento da sua atuação pelas crianças/jovens.
- O.7** Elaborar um plano de formação destinado aos assistentes técnicos que contemple as atualizações dos programas e serviços de gestão administrativa da organização.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
<p>E.1 Realização de ações de formação de curta duração dinamizadas por professores da escola, com qualificações reconhecidas, nas suas áreas de lecionação e/ou outras.</p> <p>E.2 Valorização da formação profissional do pessoal docente e não docente na construção de uma escola mais eficaz e atual.</p> <p>E.3 Realização de protocolos de colaboração com diversas instituições do ensino superior e/ou outras.</p> <p>E.4 Realização de ações de curta duração destinadas aos assistentes operacionais nas áreas de primeiros socorros, gestão de conflitos, atendimento ao público, higiene e segurança no trabalho e /ou outras que se considere necessárias ao seu bom desempenho.</p> <p>E.5 Realização de ações de formação de curta duração destinadas aos assistentes técnicos nas áreas de regime jurídico, código do procedimento administrativo (CPA), gestão financeira, organização de serviços administrativos, programas informáticos e/ou outras que se considerem necessárias ao bom funcionamento dos serviços.</p>	<p>Resultados dos inquéritos de satisfação.</p> <p>Número de protocolos estabelecidos.</p> <p>Número de ações realizadas.</p>	<p>Número de ações/protocolos.</p> <p>Inquéritos de satisfação.</p>	<p>Inquéritos de satisfação com resultados positivos em mais de 50%</p> <p>Realização de duas ações por ano letivo nas áreas mencionadas.</p> <p>Realização de duas ações por ano letivo dinamizadas por professores da escola.</p> <p>Formalização de pelo menos um protocolo de colaboração, com uma instituição superior, por ano letivo.</p> <p>Realização de uma ação por ano letivo destinada aos assistentes operacionais</p>			

Área de Intervenção B - Organização e funcionamento

B3. Melhoria da comunicação/informação

Objetivos:

O.1. Simplificar os circuitos de comunicação e de informação no interior da escola e da escola com o exterior.

O.2. Aumentar a eficácia dos circuitos de comunicação e de informação no interior da escola e da escola com o exterior.

O.3. Implementar sistemas eficazes de comunicação dentro da Escola bem como da escola com a comunidade local.

O.4. Divulgar conteúdos multimédia com o intuito de transmitir informações úteis à comunidade escolar e ainda como forma de motivação e/ou reforço da imagem inovadora da Escola.

0.5. Estabelecer canais de comunicação para divulgação e troca de informações.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018	2019	2020	2021
			-	-	-	-
			2019	2020	2021	2022
E.1 Utilização dos recursos da ESJP na área das TIC para criar e/ou desenvolver mecanismos que possibilitem o contacto mais rápido, sistemático e eficaz do professor e/ou diretor de turma com os pais e encarregados de educação (utilização de SMS, do correio eletrónico...).	Resultados dos inquéritos de satisfação.	Inquéritos de satisfação.	de	Inquéritos de satisfação com resultados positivos em mais de 50%		
E.2 Utilização e/ou reorganização (e maior rentabilização) dos diversos espaços públicos existentes na ESJP para proceder à divulgação de informação e/ou de eventos.						
E.3 Atualização regular da página eletrónica da Escola.						

Área de Intervenção B - Organização e funcionamento

B4. Serviços de apoio

Objetivos:

O.1 Promover a qualidade, a conservação dos espaços e dos equipamentos escolares.

O.2 Promover a imagem da escola.

O.3 Agilizar os procedimentos administrativos e organizacionais, de modo a torná-los mais simples e eficazes.

O.4 Elevar os índices de satisfação dos utentes dos serviços administrativos.

O.5 Promover o trabalho colaborativo entre os assistentes técnicos.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
<p>E.1 Adequação dos horários dos serviços e minimização do tempo de espera no que diz respeito ao atendimento aos alunos, pessoal docente e não docente.</p> <p>E.2 Simplificação dos procedimentos administrativos e organizacionais.</p> <p>E.3 Aperfeiçoamento dos mecanismos de atendimento aos utentes dos serviços administrativos.</p> <p>E.4 Elevação dos índices de satisfação dos utentes dos serviços administrativos.</p> <p>E.5 Promoção do trabalho colaborativo entre os assistentes administrativos.</p>	Resultados dos inquéritos de satisfação.	Inquéritos de satisfação.				Inquéritos de satisfação com resultados positivos em mais de 50%.

Área de Intervenção B - Organização e funcionamento

B5. Segurança						
<p>Objetivos:</p> <p>O.1 Controlar as entradas e saídas da escola.</p> <p>O.2 Vigiar os espaços exteriores.</p> <p>O.3 Conceber os planos de emergência e de segurança.</p> <p>O.4 Operacionalizar os planos de emergência e de segurança da Escola, através de simulacros.</p>						
Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
<p>E.1 Implementação e/ou aperfeiçoamento dos procedimentos existentes para entrada de pessoas na escola.</p> <p>E. 2 Reforço da segurança junto à escola.</p> <p>E.3 Implementação de medidas no sentido de reforçar as atividades de vigilância dos espaços exteriores.</p> <p>E.4 Conceção e implementação dos planos de emergência e de segurança da escola.</p>	<p>Número de acidentes ocorridos nos espaços exteriores.</p>	<p>Relatórios de ocorrências.</p>	<p>Realização de dois exercícios de evacuação por ano letivo.</p> <p>Colocação do sistema de videovigilância.</p>			

Área de Intervenção B - Organização e funcionamento

B6. Gestão das Instalações e dos Recursos Materiais

Objetivos:

- O.1** Privilegiar uma gestão eficaz e eficiente dos recursos materiais e financeiros disponíveis priorizando primados de natureza pedagógica.
- O.2** Analisar mensalmente a evolução das despesas nas reuniões do conselho administrativo de forma a planificar formas de poupança a curto prazo.
- O.3** Implementar medidas de combate ao desperdício, de poupança de energia, de reciclagem e de reutilização com vista à educação ambiental.
- O.4** Racionalizar o consumo da água e do papel.
- O.5** Fomentar hábitos de poupança de energia junto dos utilizadores (funcionários, professores e alunos), através de ações de sensibilização e panfletos de divulgação.
- O.6** Valorizar o espaço envolvente à Escola, proporcionando à comunidade Escolar espaços verdes agradáveis e integrados com a realidade local.
- O.7** Implementar ações de manutenção e expansão das áreas verdes existentes e proteção da biodiversidade local.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
E.1 Estabelecimento de parcerias com o objetivo de ampliação das receitas próprias. E.2 Formalização de candidaturas a projetos que permitam a aquisição de equipamentos. E.3 Regulação do consumo energético e de água. E.4 Aquisição ou realização de contratos de aluguer de equipamento baseados em propostas ou análise de eficiência e economia. E.5 Implementação de medidas de combate ao desperdício, de poupança de energia, de reciclagem e de reutilização com vista à educação ambiental. E.6 Incremento de hábitos de poupança de energia junto dos utilizadores (funcionários, professores e alunos), através de ações de sensibilização e panfletos de divulgação. E.7 Valorização do espaço envolvente à Escola. E.8 Promoção de medidas de manutenção e expansão das áreas verdes.	Diminuição dos valores das faturas da água, gás e eletricidade. Diminuição de utilização do papel. Número de candidaturas a projetos.	Relatório de Conta de Gerência.				Candidatura a pelo menos um projeto por ano escolar. Redução, em 2%, o consumo da água, gás e eletricidade.

Quadro 21 – Área de intervenção: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Área de Intervenção C - Relação com a Comunidade

C1. Abertura ao Meio

Objetivos:

- O.1** Promover um maior envolvimento de toda a comunidade escolar na vida da Escola, conferindo-lhe maiores índices de participação na tomada de decisões.
- O.2** Reconhecer o valor, mérito e excelência da comunidade escolar
- O.3** Incentivar a concretização de atividades concebidas pelos pais e encarregados de educação.
- O.4** Desenvolver o espírito criativo, inovador e empreendedor.
- O.5** Incentivar a continuação do desenvolvimento de projetos atualmente existentes na Escola.
- O.6** Estimular a apresentação e o desenvolvimento de projetos inovadores que visem alcançar os objetivos do PEE.
- O.7** Estimular o envolvimento dos alunos em iniciativas empreendedoras.
- O.8** Acolher instituições que desenvolvam a dimensão cultural, desportiva, lúdica e cívica da Escola, nomeadamente através da generalização de projetos já existentes e bem-sucedidos (desporto escolar); da cedência de espaços a associações e da criação de uma galeria de exposições no espaço da biblioteca.
- O.9** Articular com parceiros institucionais, com vista à prevenção do insucesso e da indisciplina e no sentido da formação de cidadãos responsáveis e ativos.
- O.10** Promover protocolos de colaboração com entidades externas, para o desenvolvimento do PE e apoios aos alunos e à instituição.

Estratégias	Indicadores	Fontes de verificação	Metas			
			2018 - 2019	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022
<p>E.1 Incremento dos valores do respeito pelos outros, da solidariedade, da responsabilidade e do espírito crítico na vida quotidiana da Escola.</p> <p>E.2 Valorização dos alunos que revelem capacidade e/ou atitudes exemplares de superação de dificuldades ou que desenvolvam iniciativas ou ações exemplares de benefício social ou comunitário, dentro e fora da Escola.</p> <p>E.3 Criação de condições para que continue a subsistir uma participação efetiva por parte de todos os elementos da comunidade educativa na tomada de decisões da Escola</p> <p>E.4 Envolvimento dos alunos em atividades desenvolvidas dentro e fora da Escola, procurando valorizar a componente prática e/ou em contexto real das aprendizagens.</p> <p>E.5 Monitorização do nível de participação em visitas de estudo e/ou outras iniciativas promovidas pelos professores.</p> <p>E.6 Monitorização do nível de participação dos encarregados de educação nas reuniões com os diretores de turma.</p> <p>E.7 Incentivo e apoio à candidatura a programas/projetos de empreendedorismo de escala nacional, regional e local.</p> <p>E.8 Estabelecimento de parcerias e/ou protocolos com empresas.</p> <p>E.9 Estabelecimento de parcerias e/ou protocolos com instituições do ensino superior, instituições científicas e/ou de investigação.</p>	<p>Lista de presenças de encarregados de educação nas reuniões com os diretores de turma.</p> <p>Número de parcerias/protocolos estabelecidos.</p>	<p>Relatórios</p> <p>Protocolos</p>	<p>Noticiar, na página da Escola, todos os alunos que se destacaram.</p> <p>Incrementar, em 1%, o número de presenças dos encarregados de educação nas reuniões com os diretores de turma.</p> <p>Estabelecer pelo menos uma parceria/protocolo por ano letivo.</p>			

Quadro 22 – Área de intervenção: RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

Parte V – Divulgação e Avaliação do Projeto Educativo

1. Divulgação

Para que o PE, incluindo as suas linhas orientadoras, seja devidamente conhecido por todos os que participam na vida da escola, é necessário desenvolver um processo de comunicação consistente que agregue todos os agentes em torno da sua concretização.

Após validação pelo conselho pedagógico e aprovação pelo conselho geral, a divulgação do PE será feita a toda a comunidade através das diferentes estruturas da escola, mediante diferentes estratégias de divulgação.

Será implementado um plano de comunicação com o propósito de criar, definir e gerir a imagem da escola, contribuindo para a afirmação da sua missão, visão e metas. O momento da apresentação do PE constitui uma oportunidade para a efetiva mobilização de todos em torno do grande objetivo que é a concretização das metas nele estabelecidas. Assim, são definidos os seguintes momentos e modos de divulgação do PE:

- A primeira apresentação do PE decorrerá numa sessão solene aberta a toda a comunidade educativa;
- O documento será enviado via e-mail para todos os docentes e pessoal não docente, para as estruturas representativas dos alunos e encarregados de educação e divulgado online, de forma destacada, na página eletrónica da escola;
- Será igualmente enviado um exemplar em suporte digital aos elementos da autarquia e aos parceiros locais (associações empresariais, instituições culturais).
- Ocorrerá a divulgação da oferta formativa junto de outras escolas do concelho ou região.
- O PE ficará disponível, para consulta, através de exemplares impressos, nas salas de Diretores de Turma, da Associação de Estudantes e da Associação de Pais e EE, nos Serviços de Administração Escolar assim como na BE.

2. Avaliação

Qualquer projeto deve, ao ser implementado, prever a sua avaliação (Freitas, 1997). Neste sentido, o PE da ESJP é entendido como um instrumento promotor da qualidade e da eficácia, pelo que deve ser avaliado, num processo que se constitui não só como um meio de análise e de reflexão sobre a organização e estratégia da escola, mas também como uma via para a promoção de boas práticas, de melhoria de resultados e de constante aperfeiçoamento do serviço prestado à comunidade (Azevedo et al, 2011).

A avaliação do PE deve visar a sua regulação e proceder à sua otimização. Constitui um processo de aferição dos resultados obtidos, das metas alcançadas, dos objetivos concretizados. Tem como finalidade medir o grau de consecução das linhas de orientação, das medidas e atividades planeadas bem como das metas estabelecidas, através das quais a escola se propõe desenvolver a ação educativa.

De acordo com Freitas (1997), "um processo de avaliação, independentemente do modelo que adotou, implica a recolha, organização, análise e interpretação da informação". Neste sentido, o acompanhamento do PE utilizará critérios de flexibilidade, de exequibilidade e de eficácia educativa e será realizado pelo conselho geral, sem prejuízo da participação no processo de outras estruturas da escola. Dentro desta perspetiva, são aqui definidos os modos, momentos e intervenientes no processo de avaliação do PE.

2.1 Acompanhamento do Projeto Educativo

A avaliação da execução do PE é da competência do conselho geral, tal como está estipulado na alínea c), do artigo 13.º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, "Aprovar o projeto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução."

A avaliação de um projeto é descrita por Rodrigues (1995), como o confronto entre "dados de facto", o real, com o desejado, o ideal – o referente, composto de normas, objetivos ou critérios, e permite atribuir um valor, uma utilidade ou uma significação aos dados concretos. Assim, avaliar um projeto é comparar o construído com um referencial de avaliação, o qual integra o ideal desejável para o projeto que neste caso será atingir plenamente as metas definidas.

Consigna-se, no entanto, em concordância com Figari (1996), que a avaliação de um projeto é mais do que o estabelecimento de uma relação ou mesmo o calcular a distância entre o referente e o referido. Como defende Figari (1996: p.44), avaliar "é sobretudo refletir sobre esse afastamento" para que se possa compreender os significados e os sentidos do projeto e contribuir para o incremento da sua qualidade.

Na avaliação do grau de concretização do PE serão utilizadas metodologias quantitativas - tratamento e análise de dados estatísticos- assim como metodologias qualitativas - análise e reflexão sobre os critérios da avaliação. Tendo por base o referente "As Metas" traçadas na Parte

IV deste documento, torna-se também necessário a definição dos seguintes critérios a considerar na avaliação:

- **Coerência** - Procura indagar o grau de adequação entre as decisões sobre o funcionamento interno e o contexto externo ao projeto;
- **Pertinência** - Procura verificar se os objetivos do projeto são válidos em relação aos problemas/necessidades diagnosticados/as e aos interesses dos alunos;
- **Eficiência** - Analisa a relação entre os resultados constatados e os meios mobilizados para os atingir;
- **Eficácia** – Procura verificar em que medida os resultados previstos no PE foram atingidos, quais os desvios verificados e sua justificação;
- **Participação** - Tenta determinar o envolvimento dos intervenientes internos e da comunidade educativa no projeto;
- **Satisfação** - Pretende estabelecer o grau de aprovação da comunidade educativa face à ação do projeto.

A atividade a desenvolver no domínio da avaliação do PE deve articular com o Gabinete de Avaliação Interna da Escola (GAI) promovendo-se e aperfeiçoando-se, deste modo, o processo de autoavaliação da escola.

Em linhas gerais pretende-se que a avaliação do PE possibilite obter informação acerca de:

- O impacto do PE na comunidade educativa;
- O grau de consecução dos objetivos e das metas estabelecidas;
- A forma como o Plano de Atividades (PA), o PES, Clubes e Projetos contribuíram para concretizar as metas inscritas no PE;
- Os obstáculos à sua concretização para que se possa delinear estratégias de superação;
- Os ajustamentos ou alterações a efetuar.

Devemos procurar garantir que os dispositivos de avaliação centrem a atenção no sucesso educativo, no sentido de se conhecerem e replicarem as boas práticas existentes que permitem aos alunos alcançarem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

2.2 Estratégias de Avaliação e Fontes de Recolha da Informação

O Conselho Geral procede ao acompanhamento da execução do PE através dos instrumentos e estratégias que considerar mais relevantes para a realização do trabalho de avaliação de forma a “(...) compreender de um modo concreto e sistemático o que está a resultar e a falhar na implementação do projeto (...)” (Azevedo et al., 2011: 64), os seguintes documentos:

- Atas dos diferentes órgãos de direção, administração e gestão da escola;
- Documentos “Monitorização dos resultados escolares dos alunos 1.º Período, 2.º Período e 3.º Período” produzido pelo GAI;

- Relat6rios anuais de autoavalia76o da escola, produzidos pelo GAI;
- Relat6rios das diferentes estruturas de orienta76o educativa;
- Relat6rios do PA.
- Podem ainda ser criados question6rios para avaliar o grau de satisfa76o dos v6rios elementos da comunidade e o impacto do PE.

2.3 Vig6ncia do Projeto e Calendariza76o da Avalia76o

A data de homologa76o do PE, pelo conselho geral, determina a sua vig6ncia para um horizonte de tr6s anos.

No termo de cada ano letivo ser6 elaborado um relat6rio com os dados da avalia76o da execu76o do PE, apresentado pela diretora ao conselho geral. 6 neste esp6rito que se insere o processo de avalia76o do PE, instrumento que, na sua aplica76o, estar6 sujeito aos ajustamentos/melhoramentos que a pr6tica recomendar.

Este relat6rio ser6 divulgado na p6gina eletr6nica da escola, at6 ao final da sua vig6ncia.

A avalia76o final do PE decorrer6 no 6ltimo ano da sua vig6ncia.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ALAÍZ, V., GÓIS, E., & GONÇALVES, C., (2003). Autoavaliação de Escolas: Pensar e Praticar. Lisboa: Edições ASA.

AZEVEDO, R. *et al.* (2011). Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação - Guião de apoio. Editor: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.

BOLÍVAR, A. (2012). Melhorar os processos e os resultados educativos. *O que nos ensina a investigação*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

BROCH, M.H. & CROS, F., (1991). Comment faire un projet d'établissement – écoles, collèges – lycées. Lyon, Chronique Sociale.

COSME, Ariana, (2018). Autonomia e Flexibilidade Curricular, Propostas e Estratégias de Ação. Porto, Porto Editora.

FERNANDES, D., (2011). Avaliação de programas e Projetos Educacionais: das questões teóricas às questões práticas, Editora Melo, Lisboa.

FIGARI, G. (1996). *Avaliar: Que referencial?* Porto: Porto Editora.

Jorge Peixinho In Memorium. Org. de José Machado (2002). Lisboa: Editorial Caminho.

JÚNIOR, MANUEL BRITO GUERREIRO (2012). A cidade de Montijo. Edição do autor. Livro policopiado.

NABAIS, ANTÓNIO (1995). Foral de Alcochete e Aldeia Galega (Montijo) – 1515. Edição da Câmara Municipal de Alcochete e da Câmara Municipal de Montijo.

RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO (Censos de 2011); Instituto Nacional de Estatística.

RODRIGUES, P. (1995). As três "lógicas" da avaliação de dispositivos educativos. In A. Estrela & P. Rodrigues (Orgs.), *Para uma fundamentação da avaliação em educação*. Lisboa: Edições Colibri.

ROLDÃO, MARIA do CÉU, (1999). Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas: ME-DEB

SCOTT, Cynthia D.; JAFFE, Dennis T.; TOBE, Glenn R. (1998). Visão, valores e missão organizacional: construindo a organização do futuro. Rio de Janeiro: Qualitymark.

SILVA, J.M. (2010). Líderes e Lideranças em Escolas Portuguesas. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

TAPADINHAS, JOAQUIM CARREIRA (2003). Aldeia Galega no tempo dos Descobrimentos. Edição do autor.

TAPADINHAS, JOAQUIM CARREIRA (2008). Nos trilhos da Pedagogia de Aldeia Galega a Montijo (1772-2008). Edição Comemorativa do Cinquentenário da ESJP (1957/58-2007/2008). Câmara municipal de Montijo.

TORRES, ALCÍDIO (2003). Montijo Aldeia Galega Cem Anos de História Municipal. Lisboa: Âncora Editora.

TRINDADE, Rui; COSME, Arianne (2010). Educar e aprender na Escola: Questões, desafios e respostas pedagógicas. Gaia: Fundação Manuel Leão.

TRINDADE, Rui, (2018). Autonomia, flexibilidade e gestão curricular: relatos de práticas. Lisboa: Leya Educação.

VARELA de FREITAS, C., (1997). Gestão e avaliação de projetos nas escolas. Instituto de Inovação Educacional, Lisboa.

Documentos Consultados:

Programa Educação 2015 Ministério de Educação

Projeto Educativo da Escola Secundária Jorge Peixinho para o triénio de 2015 - 2018.

Projeto de Intervenção da Diretora

Relatório de Autoavaliação, de 2017 – 2018.

Relatório de Avaliação Externa da Inspeção-Geral da Educação e Ciência.

Quadro normativo:

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril - Aprova o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho - Procede à segunda alteração ao Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto - Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade

Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro - Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho - Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho - Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Decreto-Lei n.º 344/89, de 11 de outubro, que estabelece o respetivo ordenamento jurídico, indicando os princípios gerais a seguir nesta atividade, a natureza, objetivos e organização da formação inicial, contínua e especializada e as formas de planeamento e coordenação da formação.